

# **RAR – REFINARIAS DE AÇÚCAR REUNIDAS, S.A.**

Relatório e Contas  
31 de Dezembro de 2008

**RAR – REFINARIAS DE AÇÚCAR REUNIDAS, S.A.**

**RUA MANUEL PINTO DE AZEVEDO, 272 • 4100-320 PORTO • TEL. 226 194 600 • FAX 226 194 692 • e-mail: rar-acucar@rar.pt • <http://acucar.rar.pt>  
CAPITAL SOCIAL EUR 21 000 000 • MATRIC. 2ª C.R.C. PORTO / N.I.P.C. 500 225 559**

## **ÍNDICE**

|  |           |
|--|-----------|
| <b>RELATÓRIO DE GESTÃO</b>                 | <b>2</b>  |
| <b>DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS</b>           | <b>5</b>  |
| <b>ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS</b>  | <b>10</b> |
| <b>CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS</b>        | <b>45</b> |
| <b>RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO</b> | <b>48</b> |

## **RELATÓRIO DE GESTÃO**

## **RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

Durante o ano de 2008, continuaram a sentir-se os vários impactos decorrentes da entrada em vigor da actual Organização Comum de Mercado (OCM) do Açúcar, que se encontra ainda no chamado “período de transição”.

Um dos mais significativos foi o “ultimato” da Comissão Europeia aos produtores de açúcar de beterraba, que tardavam na tomada de decisões de abandono voluntário das quotas de produção, pondo desse modo em risco o objectivo, anunciado no início da reforma do sector açucareiro que conduziu à actual OCM, de reduzir a produção europeia de açúcar em seis milhões de toneladas. De facto, a Comissão impôs o limite de 31 de Março de 2008 para que aqueles operadores anunciassem a sua decisão de abandono voluntário, ao mesmo tempo que lhes acenava com contrapartidas generosas, que incluíam incentivos financeiros directos aos agricultores e até mesmo apoios retroactivos.

As medidas surtiram algum efeito, pois os fabricantes anunciaram novos abandonos voluntários, computando-se assim as reduções de quota desde o início da reforma em 5,6 milhões de toneladas.

Embora este seja um progresso significativo, a realidade é que, tendo em conta as quotas adicionais que foram adquiridas por alguns países, o objectivo da Comissão ainda se encontra com um desvio de 1,7 milhões de toneladas.

Outro impacto muito relevante que se tornou evidente, é que a OCM, ao manter restrições tanto quantitativas como de origem no que diz respeito à aquisição de matéria-prima para refinação, aliado à possibilidade concedida aos beterrabeiros de acederem a essa mesma matéria-prima a partir da campanha de 2009/2010, efectivamente passa para os fornecedores de ramas de açúcar uma força negocial desequilibrada e, por isso, injusta. Esta situação poderá manter-se pelo menos até 2012, ano em que está previsto findar o actual regime de preço mínimo a pagar aos fornecedores de matéria-prima.

Finalmente, ocorreu em 1 de Outubro a primeira redução dos preços de referência do açúcar. A redução no preço de mercado do produto acabado não foi tão evidente porque este efeito foi antecipado pelos operadores e gradualmente introduzido à custa das margens comerciais.

Numa perspectiva mais global, o ano de 2008 foi marcado por uma grande oscilação no preço do petróleo, a atingir um máximo histórico de 147 dólares em Julho e a cair novamente para mínimos de quatro anos em Dezembro, pela manutenção das taxas de juro a um nível relativamente elevado, numa tentativa de controlar a inflação, e a sucessiva tomada de consciência de uma crise económica cada vez mais profunda.

Mesmo sob estas condições desfavoráveis, a RAR-Açúcar continuou a sua estratégia de expansão de quota de mercado na península ibérica, tendo conseguido um crescimento superior a 5%.

A empresa mantém o objectivo de aumentar a capacidade de produção, a partir da campanha 2009/2010, que consideramos essencial para a manutenção da nossa competitividade.

Simultaneamente, têm sido implementadas medidas de optimização de processos e racionalização de recursos, por exemplo, na área logística, na qual fizemos investimentos significativos ao nível humano e material.

### **Das contas**

Apesar das dificuldades decorrentes do período de transição da reforma do sector do açúcar, foi possível um aumento significativo dos proveitos relativamente ao exercício anterior, não só pelo ganho

de quota de mercado já referido, mas também devido à orientação do crescimento das vendas para segmentos de maior valor acrescentado.

Os custos operacionais aumentaram cerca de 5%, reflectindo o impacto do já referido aumento do preço do petróleo.

Os meios libertos de exploração (EBITDA) atingiram 4.269 mil Euros, diminuindo 3%, devido ao reconhecimento da ajuda transitória no exercício anterior ter sido 50% superior ao do actual.

Os resultados financeiros sofreram devido à queda significativa dos dividendos recebidos das associadas e devido à imparidade reconhecida em participações financeiras.

O resultado líquido do exercício foi de -306 mil Euros.

A nossa proposta de aplicação de resultados é a seguinte:

Para Resultados Transitados: € -305.928,71

A empresa tem a sua situação contributiva regularizada perante o Fisco e a Segurança Social, nos termos da legislação em vigor.

De acordo com os artigos 447º e 448º do Código das Sociedades Comerciais, informamos:

Os membros do Conselho de Administração, bem como os membros do órgão de fiscalização, não detêm acções da empresa em 31.12.2008 nem detiveram durante o exercício de 2008.

Único accionista: RAR – Sociedade de Controle (Holding), S.A. – 100% do capital.

### **Balanço Social**

Em 31 de Dezembro o número de trabalhadores efectivos era de 206 colaboradores.

Relativamente ao absentismo, registou-se uma taxa geral de 4,8%.

As remunerações praticadas na empresa situaram-se nos seguintes valores médios (excluindo órgãos sociais):

|                                   |          |
|-----------------------------------|----------|
| Remuneração média anual           | € 14.626 |
| Custo médio anual por trabalhador | € 23.955 |

A empresa durante o ano de 2008 despendeu em gastos de acção social o montante de 649 mil Euros, a que corresponde um custo médio anual por trabalhador efectivo de 2.867 Euros.

Porto, 31 de Janeiro de 2009

O Conselho de Administração

João Nuno da Costa Oliveira Macedo Silva  
João Alberto de Lima Martins Pereira  
João Miguel Geraldês da Silva Carvalho

## **DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

RAR – REFINARIAS DE AÇÚCAR REUNIDAS, S.A.

BALANÇOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007  
(Montantes expressos em Euro)

| ACTIVO  | Notas | 2008       | 2007        |
|---|-------|------------|-------------|
| <b>ACTIVOS NÃO CORRENTES:</b>                               |       |            |             |
| Imobilizações corpóreas                                     | 5     | 11.245.300 | 11.749.656  |
| Imobilizações incorpóreas                                   | 6     | 6.742.585  | 6.758.560   |
| Investimentos em empresas associadas                        | 7     | 25.335.514 | 26.646.672  |
| Investimentos em empresas participadas                      | 8     | 227.504    | 547.542     |
| Activos por impostos diferidos                              | 9     | 87.015     | 91.279      |
| Outros activos não correntes                                | 10    | 15.746     | 10.192      |
| Total de activos não correntes                              |       | 43.653.664 | 45.803.901  |
| <b>ACTIVOS CORRENTES:</b>                                   |       |            |             |
| Existências   | 11    | 10.520.501 | 12.182.319  |
| Clientes  | 12    | 17.497.396 | 13.459.108  |
| Estado e outros entes públicos                              | 13    | 2.959.953  | 2.058.366   |
| Outras dívidas de terceiros                                 | 14    | 5.966.428  | 6.667.207   |
| Outros activos correntes                                    | 15    | 373.307    | 1.958.464   |
| Caixa e equivalentes de caixa                               | 16    | 23.848     | 16.200      |
| Total de activos correntes                                  |       | 37.341.433 | 36.341.664  |
| Activos não correntes classificados como detidos para venda | 17    | 411.750    | -           |
| Total do activo   |       | 81.406.847 | 82.145.565  |
| <b>CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO</b>                            |       |            |             |
| <b>CAPITAL PRÓPRIO:</b>                                     |       |            |             |
| Capital social  | 18    | 21.000.000 | 21.000.000  |
| Reserva legal   | 18    | 3.286.013  | 3.174.673   |
| Reservas de reavaliação                                     | 18    | 2.561.288  | 2.561.288   |
| Outras reservas   |       | 4.380.541  | 4.380.541   |
| Resultados transitados                                      |       | (31.332)   | (2.146.785) |
| Resultado líquido do exercício                              |       | (305.929)  | 2.226.793   |
| Total do capital próprio                                    |       | 30.890.581 | 31.196.510  |
| <b>PASSIVO:</b>   |       |            |             |
| <b>PASSIVO NÃO CORRENTE:</b>                                |       |            |             |
| Credores por locações financeiras                           | 19    | 100.693    | 175.386     |
| Outros empréstimos  | 21    | 10.000.000 | 10.000.000  |
| Passivos por impostos diferidos                             | 9     | 1.125.764  | 842.647     |
| Provisões   | 26    | -          | 277.013     |
| Total de passivos não correntes                             |       | 11.226.457 | 11.295.046  |
| <b>PASSIVO CORRENTE:</b>                                    |       |            |             |
| Empréstimos bancários                                       | 20    | 5.681.291  | 5.175.364   |
| Credores por locações financeiras                           | 19    | 87.894     | 147.721     |
| Outros empréstimos  | 21    | 3.000.000  | 3.000.000   |
| Fornecedores  | 22    | 3.408.021  | 3.076.216   |
| Estado e outros entes públicos                              | 23    | 635.195    | 208.288     |
| Outras dívidas a terceiros                                  | 24    | 18.473.903 | 18.439.800  |
| Outros passivos correntes                                   | 25    | 8.003.505  | 9.606.620   |
| Total de passivos correntes                                 |       | 39.289.809 | 39.654.009  |
| Total do capital próprio e passivo                          |       | 81.406.847 | 82.145.565  |

O anexo faz parte integrante destas demonstrações financeiras.

O Técnico Oficial de Contas: Sónia Rodrigues de Sousa

O Conselho de Administração: João Nuno da Costa Oliveira Macedo Silva, João Alberto de Lima Martins Pereira, João Miguel Galdes da Silva Carvalho

RAR – REFINARIAS DE AÇÚCAR REUNIDAS, S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS POR NATUREZAS  
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007

(Montantes expressos em Euro)

|   | Notas | 2008               | 2007              |
|---|-------|--------------------|-------------------|
| Proveitos operacionais:                     |       |                    |                   |
| Vendas                                      | 30    | 97.961.203         | 91.720.306        |
| Prestações de serviços                      | 30    | 115                | 78                |
| Outros proveitos operacionais               | 31    | <u>3.822.991</u>   | <u>5.186.302</u>  |
| Total de proveitos operacionais             |       | <u>101.784.309</u> | <u>96.906.686</u> |
| Custos operacionais:                        |       |                    |                   |
| Custo das existências vendidas e consumidas | 32    | 76.707.582         | 75.281.508        |
| Variação da produção                        | 32    | 781.433            | (997.160)         |
| Fornecimentos e serviços externos           | 33    | 13.299.298         | 11.658.853        |
| Custos com o pessoal                        | 34    | 6.295.443          | 6.094.539         |
| Amortizações e depreciações                 | 5 e 6 | 1.917.553          | 2.006.000         |
| Outros custos operacionais                  | 35    | <u>431.767</u>     | <u>446.257</u>    |
| Total de custos operacionais                |       | <u>99.433.076</u>  | <u>94.489.997</u> |
| Resultados operacionais                     |       | 2.351.233          | 2.416.689         |
|   |       |                    |                   |
| Proveitos e ganhos financeiros              | 36    | 19.906             | 219.721           |
| Custos e perdas financeiras                 | 36    | 1.875.056          | 1.831.135         |
| Resultados relativos a empresas associadas  | 37    | (52.412)           | 1.541.774         |
| Resultados relativos a investimentos        |       | <u>(561.908)</u>   | -                 |
| Resultados antes de impostos                |       | (118.237)          | 2.347.050         |
|   |       |                    |                   |
| Imposto sobre o rendimento                  | 38    | <u>187.692</u>     | <u>120.257</u>    |
| Resultado líquido do exercício              |       | <u>(305.929)</u>   | <u>2.226.793</u>  |
|   |       |                    |                   |
| Resultados por acção:                       |       |                    |                   |
| Básico                                      | 39    | <u>(0,01)</u>      | <u>0,11</u>       |
| Diluído                                     | 39    | <u>(0,01)</u>      | <u>0,11</u>       |

O anexo faz parte integrante destas demonstrações financeiras.

O Técnico Oficial de Contas: Sónia Rodrigues de Sousa

O Conselho de Administração: João Nuno da Costa Oliveira Macedo Silva, João Alberto de Lima Martins Pereira, João Miguel Gerales da Silva Carvalho

RAR – REFINARIAS DE AÇÚCAR REUNIDAS, S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA  
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007

(Montantes expressos em Euro)

| <u>ACTIVIDADES OPERACIONAIS:</u>                                    | <u>Notas</u> | <u>2008</u>        | <u>2007</u>         |
|---|--------------|--------------------|---------------------|
| Recebimentos de clientes  |              | 94.699.469         | 87.782.104          |
| Pagamentos a fornecedores   |              | 87.474.405         | 86.165.143          |
| Pagamentos ao pessoal   |              | 6.249.559          | 5.981.650           |
| Fluxos gerados pelas operações                                      |              | 975.505            | (4.364.689)         |
| (Pagamento)/recebimento do imposto sobre o rendimento               |              | 110.991            | 1.557.204           |
| Outros recebimentos/(pagamentos) relativos à actividade operacional |              | 367.904            | 1.842.321           |
| Fluxos das actividades operacionais (1)                             |              | <u>1.454.400</u>   | <u>(965.164)</u>    |
| <u>ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO:</u>                                 |              |                    |                     |
| Recebimentos provenientes de:                                       |              |                    |                     |
| Investimentos financeiros   |              | 337.500            | -                   |
| Imobilizações corpóreas   |              | 7.535              | 16.226              |
| Subsídios ao investimento   | 25           | -                  | 10.980.000          |
| Juros e proveitos similares   |              | 22.930             | 67.557              |
| Empréstimos concedidos  |              | -                  | 1.375.040           |
| Dividendos  |              | 267.626            | 1.541.774           |
|   |              | <u>635.591</u>     | <u>13.980.597</u>   |
| Pagamentos respeitantes a:  |              |                    |                     |
| Imobilizações corpóreas   |              | 1.492.322          | 993.531             |
| Imobilizações incorpóreas   |              | 1.532              | 136.028             |
| Variação dos empréstimos concedidos                                 |              | -                  | 250.000             |
| Outros  |              | -                  | -                   |
|   |              | <u>1.493.854</u>   | <u>1.379.559</u>    |
| Fluxos das actividades de investimento (2)                          |              | <u>(858.263)</u>   | <u>12.601.038</u>   |
| <u>ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO:</u>                                |              |                    |                     |
| Recebimentos respeitantes a:  |              |                    |                     |
| Empréstimos obtidos   |              | 14.339.175         | 101.728.500         |
|   |              | <u>14.339.175</u>  | <u>101.728.500</u>  |
| Pagamentos respeitantes a:  |              |                    |                     |
| Empréstimos obtidos   |              | 13.691.675         | 112.860.500         |
| Juros e custos similares  |              | 1.579.860          | 1.762.843           |
| Amortizações dos contratos de locação financeira                    |              | 162.056            | 161.874             |
| Dividendos  |              | -                  | -                   |
|   |              | <u>15.433.591</u>  | <u>114.785.217</u>  |
| Fluxos das actividades de financiamento (3)                         |              | <u>(1.094.416)</u> | <u>(13.056.717)</u> |
| Variação de caixa e seus equivalentes (4) = (1) + (2) + (3)         |              | (498.279)          | (1.420.842)         |
| Caixa e seus equivalentes no início do período                      | 16           | (5.159.164)        | (3.738.322)         |
| Caixa e seus equivalentes no fim do período                         | 16           | <u>(5.657.443)</u> | <u>(5.159.164)</u>  |

As notas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

O Técnico Oficial de Contas: Sónia Rodrigues de Sousa

O Conselho de Administração: João Nuno da Costa Oliveira Macedo Silva, João Alberto de Lima Martins Pereira, João Miguel Gerales da Silva Carvalho

RAR – REFINARIAS DE AÇÚCAR REUNIDAS, S.A.

DEMONSTRAÇÕES DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO  
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007

(Montantes expressos em Euro)

|   | Notas | Capital social | Reservas  |             |           | Resultados transitados | Resultado líquido do exercício | Total      |
|---|-------|----------------|-----------|-------------|-----------|------------------------|--------------------------------|------------|
|   |       |                | Legal     | Reavaliação | Outras    |                        |                                |            |
| Saldo em 1 de Janeiro de 2007             | 18    | 21.000.000     | 3.174.673 | 2.561.288   | 4.380.541 | 1.941.264              | (4.088.049)                    | 28.969.717 |
| Aplicação do resultado líquido de 2006:   |       |                |           |             |           |                        |                                |            |
| Transferência para resultados transitados |       | -              | -         | -           | -         | (4.088.049)            | 4.088.049                      | -          |
| Resultado líquido do exercício de 2007    |       | -              | -         | -           | -         | -                      | 2.226.793                      | 2.226.793  |
| Saldo em 31 de Dezembro de 2007           |       | 21.000.000     | 3.174.673 | 2.561.288   | 4.380.541 | (2.146.785)            | 2.226.793                      | 31.196.510 |
| Aplicação do resultado líquido de 2007:   |       |                |           |             |           |                        |                                |            |
| Transferência para resultados transitados |       | -              | -         | -           | -         | 2.226.793              | (2.226.793)                    | -          |
| Transferência para reservas legais        |       | -              | 111.340   | -           | -         | (111.340)              | -                              | -          |
| Resultado líquido do exercício de 2008    |       | -              | -         | -           | -         | -                      | (305.929)                      | (305.929)  |
| Saldo em 31 de Dezembro de 2008           |       | 21.000.000     | 3.286.013 | 2.561.288   | 4.380.541 | (31.332)               | (305.929)                      | 30.890.581 |

O anexo faz parte integrante destas demonstrações financeiras.

O Técnico Oficial de Contas: Sónia Rodrigues de Sousa

O Conselho de Administração: João Nuno da Costa Oliveira Macedo Silva, João Alberto de Lima Martins Pereira, João Miguel Gerales da Silva Carvalho

## **ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

RAR – REFINARIAS DE AÇÚCAR REUNIDAS, S.A.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008

(Montantes expressos em Euro)

1. NOTA INTRODUTÓRIA

A RAR – Refinarias de Açúcar Reunidas, S.A. (“Empresa” ou “RAR Açúcar”) é uma sociedade anónima, com sede no Porto, constituída em 20 de Março de 1962 e que tem como actividade principal a refinação de açúcar.

2. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas adoptadas na preparação das demonstrações financeiras anexas são as seguintes:

2.1. Bases de apresentação

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos registos contabilísticos da Empresa, mantidos de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro emitidas pelo “International Accounting Standards Board” (“IASB”) e interpretações emitidas pelo “International Financial Reporting Interpretations Committee” (“IFRIC”) ou pelo anterior “Standing Interpretations Committee” (“SIC”), em vigor em 1 de Janeiro de 2008 tal como adoptados pela União Europeia.

2.2. Investimentos em empresas associadas

As partes de capital em empresas associadas são registadas ao custo de aquisição adicionado de eventuais despesas de compra. É feita uma avaliação dos investimentos financeiros quando existem indícios de que o activo possa estar em imparidade, sendo registado como custo as perdas de imparidade que se demonstrem existir.

Os rendimentos resultantes de investimentos financeiros (dividendos recebidos) são registados na demonstração de resultados do exercício em que é decidida e anunciada a sua distribuição.

2.3. Imobilizações corpóreas

a) Imóveis para uso próprio

Os imóveis (terrenos e edifícios) para uso próprio são registados por uma quantia revalorizada, que é o seu justo valor à data da revalorização menos qualquer subsequente depreciação acumulada e/ou perdas de imparidade acumuladas.

Os ajustamentos resultantes das revalorizações efectuadas aos bens imobilizados foram registados por contrapartida de capital próprio.

As depreciações são imputadas numa base sistemática durante a vida útil estimada dos edifícios, enquanto os terrenos não são depreciáveis.

#### b) Outras imobilizações corpóreas

As outras imobilizações corpóreas adquiridas até 1 de Janeiro de 2004 (data de transição para IFRS) encontram-se registadas de acordo com a nova base de custo ("deemed cost"), o qual corresponde ao custo de aquisição ou ao custo de aquisição reavaliado de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal até àquela data, deduzido das amortizações acumuladas e de perdas de imparidade.

As imobilizações adquiridas após aquela data encontram-se registadas ao custo de aquisição, deduzido das amortizações acumuladas e de perdas de imparidade.

As depreciações são calculadas após os bens estarem em condições de serem utilizados e são imputadas numa base sistemática durante a sua vida útil que é determinada tendo em conta a utilização esperada do activo pela Empresa, do desgaste natural esperado e da sujeição a uma previsível obsolescência técnica.

As taxas de amortização utilizadas correspondem a períodos que variam entre:

|                                |         |
|--------------------------------|---------|
| Terrenos e recursos naturais   | 20 a 25 |
| Edifícios e outras construções | 3 a 50  |
| Equipamento básico             | 3 a 20  |
| Equipamento administrativo     | 1 a 15  |
| Equipamento de transporte      | 4 a 12  |
| Ferramentas e utensílios       | 2 a 10  |
| Outras imobilizações corpóreas | 3 a 14  |

As despesas subsequentes de substituição de componentes de activos fixos incorridas pela Empresa são adicionadas aos respectivos activos corpóreos, sendo o valor líquido das componentes substituídas desses activos abatido e registado como um custo na rubrica de "Outros custos operacionais".

As despesas de conservação e reparação que não aumentam a vida útil, nem resultem em benfeitorias ou melhorias significativas nos elementos das imobilizações corpóreas, são registadas como custo do exercício em que ocorrem.

As imobilizações em curso representam imobilizado ainda em fase de construção/instalação, encontrando-se registadas ao custo de aquisição deduzido de eventuais perdas de imparidade. Estas imobilizações são amortizadas a partir do momento em que os activos subjacentes estejam disponíveis para utilização.

As mais ou menos valias resultantes da venda do imobilizado corpóreo são determinadas como a diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação, sendo registadas pelo valor líquido na demonstração de resultados, como "Outros proveitos operacionais" ou "Outros custos operacionais". As perdas resultantes do abate do imobilizado corpóreo são igualmente registadas pelo seu valor líquido na demonstração de resultados, como "Outros custos operacionais".

#### 2.4. Imobilizações incorpóreas

As imobilizações incorpóreas encontram-se registadas ao custo de aquisição, deduzido das amortizações acumuladas e perdas de imparidade. As imobilizações incorpóreas só são reconhecidas se for provável que delas advenham benefícios económicos futuros para a Empresa, se a Empresa as puder controlar e se puder medir razoavelmente o seu valor.

As despesas de investigação incorridas com novos conhecimentos técnicos são reconhecidas na demonstração de resultados quando incorridas.

As despesas de desenvolvimento para as quais a Empresa demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e iniciar a sua comercialização e/ou uso, e para as quais seja provável que o activo criado irá gerar benefícios económicos futuros são capitalizadas. As despesas de desenvolvimento que não cumpram com estes critérios são registadas como custo do exercício quando incorridas.

Os custos internos associados à manutenção e ao desenvolvimento de software são registados como custos na demonstração de resultados quando incorridos, excepto na situação em que estes custos estejam directamente associados a projectos para os quais seja provável a geração de benefícios económicos futuros para a Empresa. Nestas situações estes custos são capitalizados como activos incorpóreos.

As amortizações são calculadas pelo método das quotas constantes em conformidade com o período de vida útil estimado o qual corresponde genericamente ao período de três a quatro anos.

Nos casos de marcas e patentes, com vida útil indefinida, não são calculadas amortizações, sendo o seu valor objecto de testes de imparidade numa base anual.

## 2.5. Activos e passivos financeiros

Os activos e passivos financeiros são reconhecidos no Balanço quando a Empresa se torna parte contratual do respectivo instrumento financeiro.

### a) Dívidas de terceiros

As dívidas de terceiros são registadas pelo seu valor nominal deduzido de eventuais perdas de imparidade, reconhecidas na rubrica de "Perdas de imparidade em contas a receber", por forma a que as mesmas reflectam o seu valor realizável líquido. Usualmente as dívidas de terceiros não vencem juros.

### b) Classificação de capital próprio ou passivo

Os passivos financeiros e os instrumentos de capital próprio são classificados de acordo com a substância contratual independentemente da forma legal que assumam. Os instrumentos de capital próprio são contratos que evidenciam um interesse residual nos activos da Empresa após dedução dos passivos.

### c) Empréstimos

Os empréstimos são registados no passivo pelo "custo amortizado". Eventuais despesas com a emissão desses empréstimos são registadas como uma dedução à dívida e reconhecidas, ao longo do período de vida desses empréstimos, de acordo com a taxa de juro efectiva. Os encargos financeiros calculados de acordo com a taxa de juro efectiva, incluindo prémios a pagar são contabilizados na demonstração de resultados de acordo com o princípio de especialização dos exercícios.

### d) Contas a pagar

As contas a pagar, que não vencem juros, são registadas pelo seu valor nominal.

#### e) Caixa e equivalentes de caixa

Os montantes incluídos na rubrica de "Caixa e equivalentes de caixa" correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários, depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria, vencíveis a menos de três meses, e que possam ser imediatamente mobilizáveis com risco de alteração de valor insignificante.

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a rubrica de caixa e equivalentes de caixa compreende também os descobertos bancários incluídos na rubrica de "Empréstimos bancários", no balanço.

#### 2.6. Locações

Os contratos de locação são classificados como: (i) locações financeiras se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse; e como (ii) locações operacionais se através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse. A classificação das locações em financeiras ou operacionais é feita em função da substância e não da forma do contrato.

Os activos imobilizados adquiridos mediante contratos de locação financeira bem como as correspondentes responsabilidades são contabilizados pelo método financeiro. De acordo com este método, o custo do activo é registado no imobilizado corpóreo, a correspondente responsabilidade é registada no passivo, os juros incluídos no valor das rendas e a amortização do activo são registados como custos na demonstração de resultados do exercício a que respeitam.

Nas locações consideradas como operacionais, as rendas devidas são reconhecidas como custo na demonstração de resultados numa base linear durante o período do contrato de locação.

#### 2.7. Existências

As mercadorias e as matérias-primas, subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo médio de aquisição, que inclui o preço de factura e todas as despesas até à sua entrada em armazém, o qual é inferior ao respectivo valor de mercado. Os produtos e trabalhos em curso, subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos e produtos acabados e intermédios encontram-se valorizados ao custo de produção (inclui o custo de matérias-primas incorporadas, mão-de-obra directa e os gastos gerais de fabrico), o qual é inferior ao respectivo valor de mercado. Ao longo do exercício é utilizado o custo padrão, o qual é ajustado no final do exercício para o custo efectivo.

As perdas acumuladas de imparidade para depreciação de existências reflectem a diferença entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido de mercado das existências, bem como a estimativa de perdas de imparidade por baixa rotação, obsolescência e deterioração.

O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda normal deduzido dos custos para completar a produção e dos custos de comercialização.

#### 2.8. Provisões

As provisões são reconhecidas quando, e somente quando, a Empresa tem uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante dum evento passado e é provável que, para a resolução dessa obrigação, ocorra uma saída de recursos e que o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. As provisões são revistas na data de cada balanço e são ajustadas de modo a reflectir a melhor estimativa a essa data.

## 2.9. Subsídios governamentais ou de outras entidades públicas

Os subsídios governamentais são reconhecidos de acordo com o seu justo valor quando existe uma garantia razoável que irão ser recebidos e que a Empresa irá cumprir com as condições exigidas para a sua concessão.

Os subsídios e participações recebidos a fundo perdido, para financiamento de imobilizações corpóreas, são registados nas rubricas "Outros passivos não correntes" e "Outros passivos correntes" sendo reconhecidos na demonstração dos resultados proporcionalmente às amortizações das imobilizações corpóreas subsidiadas.

Os subsídios à exploração são registados como proveitos do exercício, quando obtidos, independentemente da data do seu recebimento.

## 2.10. Imparidade dos activos não correntes

É efectuada uma avaliação de imparidade à data de cada balanço e sempre que seja identificado um evento ou uma alteração nas circunstâncias que indiquem que o montante pelo qual o activo se encontra registado possa não ser recuperado.

Sempre que o montante pelo qual o activo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda de imparidade, registada na demonstração de resultados na rubrica "Outros custos operacionais".

A quantia recuperável é a mais alta entre o preço de venda líquido e o valor de uso. O preço de venda líquido é o montante que se obteria com a alienação do activo numa transacção entre entidades independentes e conhecedoras deduzido dos custos directamente atribuíveis à alienação. O valor de uso é o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados que são esperados que surjam do uso continuado do activo e da sua alienação no final da sua vida útil. A quantia recuperável é estimada para cada activo, individualmente ou, no caso de não ser possível, para a unidade geradora de fluxos de caixa à qual o activo pertence.

A reversão de perdas de imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando existem indícios de que as perdas de imparidade reconhecidas já não existem ou diminuíram. A reversão das perdas de imparidade é reconhecida na demonstração de resultados como "Outros proveitos operacionais". Contudo, a reversão da perda de imparidade é efectuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortização ou depreciação) caso a perda de imparidade não se tivesse registado em exercícios anteriores.

## 2.11. Encargos financeiros com empréstimos obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são reconhecidos como custo de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

## 2.12. Activos não correntes detidos para venda

Os activos não correntes (e o conjunto de activos e passivos a alienar com estes relacionados) são classificados como detidos para venda e mensurados ao menor do seu valor contabilístico ou justo valor deduzido de custos com a venda.

Os activos não correntes (e conjunto de activos e passivos a alienar com estes relacionados) são classificados como detidos para venda se o seu valor contabilístico for recuperado através da venda e não através do seu uso continuado. Esta condição só se considera cumprida no momento em que a venda seja altamente provável e o activo (e conjunto de activos e passivos a alienar com estes relacionados) esteja disponível para venda imediata nas condições actuais.

Adicionalmente, devem estar em curso acções que permitam concluir ser expectável que a venda se venha a realizar no prazo de 12 meses após a data de classificação nesta rubrica.

Adicionalmente, os activos não correntes detidos para venda deixam de ser amortizados a partir da data em que são classificados como tal.

### 2.13. Rédito e especialização de exercícios

Os proveitos decorrentes de vendas são reconhecidos na demonstração de resultados quando os riscos e benefícios inerentes à posse dos activos são transferidos para o comprador e o montante dos proveitos possa ser razoavelmente quantificado. As vendas são reconhecidas líquidas de impostos, descontos e outros custos inerentes à sua concretização pelo justo valor do montante recebido ou a receber.

Os proveitos decorrentes da prestação de serviços são reconhecidos na demonstração de resultados com referência à fase de acabamento da prestação de serviços à data do balanço.

Os dividendos são reconhecidos como proveitos no exercício em que são atribuídos aos sócios ou accionistas.

Os juros e proveitos financeiros são reconhecidos de acordo com o princípio da especialização dos exercícios e de acordo com a taxa de juro efectiva aplicável.

Os custos e proveitos são contabilizados no exercício a que dizem respeito, independentemente da data do seu pagamento ou recebimento. Os custos e proveitos cujo valor real não seja conhecido são estimados.

Nas rubricas de "Outros activos correntes" e "Outros passivos correntes", são registados os custos e os proveitos imputáveis ao exercício corrente e cujas despesas e receitas apenas ocorrerão em exercícios futuros, bem como as despesas e as receitas que já ocorreram, mas cujos custos ou proveitos respeitam a exercícios futuros e que serão imputados aos resultados de cada um desses exercícios, pelo valor que lhes corresponde.

### 2.14. Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento do exercício é calculado com base nos resultados tributáveis da Empresa e considera a tributação diferida.

O imposto corrente sobre o rendimento é calculado com base nos resultados tributáveis (os quais diferem dos resultados contabilísticos) da Empresa de acordo com as regras fiscais em vigor no local da sua sede.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais da Empresa estão sujeitas a revisão e correcção por parte da Administração Tributária durante um período de quatro anos e, deste modo, a situação fiscal dos anos de 2005 a 2008 poderá ainda vir a ser sujeita a revisão e eventuais correcções. O Conselho de Administração entende que eventuais correcções resultantes de revisão por parte da Administração Tributária à situação fiscal e parafiscal da Empresa, em relação aos exercícios em aberto, não deverão ter um efeito significativo nas demonstrações financeiras anexas.

A Empresa está integrada no grupo de sociedades dominado pela SIEL, SGPS, S.A. (accionista da RAR – Sociedade de Controle (Holding), S.A.) tributado de acordo com o Regime Especial de Tributação de Grupo de Sociedades (RETGS).

Os impostos diferidos são calculados com base no método da responsabilidade do balanço e reflectem as diferenças temporárias entre o montante dos activos e passivos para efeitos de reporte contabilístico e os respectivos montantes para efeitos de tributação. Os impostos diferidos

activos e passivos são calculados e anualmente avaliados às taxas de tributação em vigor ou anunciadas para estarem em vigor à data expectável da reversão das diferenças temporárias.

Os activos por impostos diferidos são reconhecidos unicamente quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para a sua utilização, ou nas situações em que existam diferenças temporárias tributáveis que compensem as diferenças temporárias dedutíveis no período da sua reversão. Na data de cada balanço é efectuada uma reapreciação das diferenças subjacentes aos activos por impostos diferidos no sentido de reconhecer activos por impostos diferidos não registados anteriormente por não terem preenchido as condições para o seu registo e, ou, para reduzir o montante dos impostos diferidos activos registados em função da expectativa actual da sua recuperação futura.

Os impostos diferidos são registados como custo ou proveito do exercício, excepto se resultarem de itens registados directamente em capital próprio, situação em que o imposto diferido é também registado na mesma rubrica.

#### 2.15. Classificação de balanço

Os activos realizáveis e os passivos exigíveis a mais de um ano da data de balanço são classificados, respectivamente, como activos e passivos não correntes.

Adicionalmente, pela sua natureza, os impostos diferidos activos e as provisões para riscos e encargos são classificados como activos e passivos não correntes.

#### 2.16. Saldos e transacções expressos em moeda estrangeira

As transacções em outras divisas que não Euro, são registadas às taxas em vigor na data da transacção. Em cada data de balanço, os activos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para Euros utilizando as taxas de câmbio vigentes naquela data. Activos e passivos não monetários registados de acordo com o seu justo valor denominado em moeda estrangeira são transpostos para Euros utilizando para o efeito a taxa de câmbio em vigor na data em que o justo valor foi determinado.

As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transacções e as vigentes na data das cobranças, pagamentos ou à data do balanço, dessas mesmas transacções, são registadas como proveitos e custos na demonstração de resultados do exercício, excepto aquelas relativas a itens não monetários cuja variação de justo valor seja registada directamente em capital próprio.

#### 2.17. Activos e passivos contingentes

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo os mesmos divulgados no anexo, a menos que a possibilidade de uma saída de fundos afectando benefícios económicos futuros seja remota, caso em que não são objecto de divulgação.

Os activos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras mas divulgados no anexo quando é provável a existência de um benefício económico futuro.

#### 2.18. Eventos subsequentes

Os eventos ocorridos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço ("adjusting events") são reflectidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço ("non adjusting events"), se materiais, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

## 2.19. Indemnizações pela cessação por mútuo acordo de contratos de trabalho

Os encargos associados a indemnizações pagas a trabalhadores pela cessação por mútuo acordo de contratos de trabalho são registados no exercício em que o respectivo acordo é concluído. Caso o acordo não seja assinado no mesmo período em que produz efeitos, é constituída uma provisão para fazer face às responsabilidades assumidas pela Empresa.

## 2.20. Julgamentos e estimativas

As estimativas contabilísticas mais significativas reflectidas nas demonstrações financeiras nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2008 e 2007 incluem:

- a) Vidas úteis do activo tangível e intangível;
- b) Análises de imparidade de activos tangíveis e intangíveis (nomeadamente das marcas e patentes, com vida útil indefinida);
- c) Registo de ajustamentos aos valores do activo e provisões; e
- d) Estimativas para descontos/rappel a conceder a clientes.

As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras e com base no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e/ou correntes. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram considerados nessas estimativas. As alterações a essas estimativas, que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras, serão corrigidas em resultados de forma prospectiva, conforme disposto pelo IAS 8.

## 3. GESTÃO DO RISCO FINANCEIRO

A actividade da Empresa encontra-se exposta a uma variedade de riscos financeiros, tais como o risco de mercado, o risco de crédito e o risco de liquidez. Estes riscos resultam da incerteza subjacente aos mercados financeiros, a qual se reflecte na capacidade de projecção de fluxos de caixa e rendibilidades. A política de gestão dos riscos financeiros da Empresa, procura minimizar eventuais efeitos adversos decorrentes destas incertezas características dos mercados financeiros, recorrendo em determinadas situações a instrumentos derivados de cobertura.

### 3.1. Risco de mercado

#### a) Risco de taxa de juro

O risco de taxa de juro é essencialmente resultante de endividamento indexado a taxas variáveis.

O endividamento da Empresa encontra-se sobretudo indexado a taxas de juro variáveis, expondo o custo da dívida a um risco de volatilidade. O impacto dessa volatilidade nos resultados e no capital próprio da Empresa não é significativo em virtude do relativo baixo nível de endividamento e da possível correlação entre o nível de taxas de juro de mercado e o crescimento económico, com este a ter efeitos positivos nos resultados operacionais da Empresa, por essa via parcialmente compensando os custos financeiros acrescidos ("natural hedge").

A 31 de Dezembro de 2008 e 2007, a Empresa apresenta um endividamento líquido de aproximadamente 30 milhões de Euros e 29 milhões de Euros, respectivamente, divididos entre empréstimos correntes e não correntes (Notas 18, 19, 20 e 28) e caixa e equivalentes de caixa (Nota 16) contratados junto de diversas instituições.

### Análise de sensibilidade de taxa de juro

A análise de sensibilidade abaixo foi determinada com base na exposição da Empresa a variações na taxa de juro em instrumentos financeiros tendo por referência a estimativa de endividamento médio em 2008. Para os instrumentos financeiros indexados a taxas de juros variáveis, a análise foi preparada considerando-se que as alterações nas taxas de juros de mercado apenas afectam o proveito ou custo financeiro dos instrumentos financeiros indexados a taxas de juros variáveis.

Se a Euribor tivesse sido 50 pontos base superior e as restantes variáveis mantidas constantes, o resultado financeiro negativo do exercício findo em 31 de Dezembro de 2008 viria aumentado em cerca de 165 mil Euros.

### b) Risco de taxa de câmbio

Na sua actividade operacional, a Empresa realiza transacções diversas expressas em outras moedas que não Euro. Este risco de taxa de câmbio resulta essencialmente de transacções comerciais, decorrentes da compra e venda de produtos e serviços em moeda diferente da moeda funcional da Empresa.

A política de gestão de risco de taxa de câmbio de transacção da Empresa procura minimizar ou eliminar esse risco, contribuindo para uma menor sensibilidade dos resultados da mesma a flutuações cambiais. Sempre que possível, a Empresa procura realizar coberturas naturais dessas exposições cambiais, compensando os créditos concedidos e os créditos recebidos expressos na mesma divisa. Quando tal não é possível, recorre-se a outros instrumentos derivados de cobertura, fundamentalmente "forwards" de taxas de câmbio.

Nos casos em que os instrumentos derivados de cobertura, embora contratados com o objectivo específico de cobertura dos riscos cambiais, não se enquadram nos requisitos definidos no IAS 39 para classificação como instrumentos de cobertura, as variações do justo valor afectam directamente a demonstração dos resultados.

### c) Risco de preço

Atendendo ao enquadramento regulamentar do sector onde insere a sua actividade, o risco de variação de preço da sua principal matéria-prima – rama de cana do açúcar – é diminuto.

## 3.2. Risco de crédito

A exposição da Empresa ao risco de crédito está maioritariamente associada às contas a receber decorrentes da sua actividade operacional. O risco de crédito refere-se ao risco da contraparte incumprir com as suas obrigações contratuais, resultando uma perda para a Empresa.

O risco de crédito decorrente da actividade operacional está essencialmente relacionado com dívidas de vendas realizadas e serviços prestados a clientes (Nota 12). A gestão deste risco tem por objectivo garantir a efectiva cobrança dos créditos nos prazos estabelecidos sem afectar o equilíbrio financeiro da Empresa. Este risco é monitorizado numa base regular de negócio, sendo que o objectivo da gestão é (a) limitar o crédito concedido a clientes, considerando o prazo médio de recebimento de cada cliente, (b) monitorar a evolução do nível de crédito concedido, e (c) realizar análise de imparidade aos valores a receber numa base regular.

A Empresa não apresenta risco de crédito significativo com algum cliente em particular, ou com algum grupo de clientes com características semelhantes, na medida em que as contas a receber estão repartidas por diversos clientes, diferentes negócios e diferentes áreas geográficas. A Empresa obtém garantias de crédito, sempre que a situação financeira do cliente assim o recomende. Para os clientes em que o risco de crédito o justifique, essas garantias consubstanciam-se em seguros de crédito e garantias bancárias.

Os ajustamentos para contas a receber são calculados considerando-se (a) o perfil de risco do cliente, (b) o prazo médio de recebimento, o qual difere de negócio para negócio, e (c) a condição financeira do cliente. Os movimentos destes ajustamentos para os exercícios findos a 31 de Dezembro de 2008 e 2007 encontram-se divulgados na Nota 26.

A 31 de Dezembro de 2008 e 2007, a Empresa considera que não existe a necessidade de perdas de imparidade adicionais para além dos montantes registados naquelas datas e evidenciados, de forma resumida, na Nota 26.

Os montantes relativos aos activos financeiros apresentados nas demonstrações financeiras, os quais se encontram líquidos de imparidades, representam a máxima exposição da Empresa ao risco de crédito.

### 3.3. Risco de liquidez

O risco de liquidez é definido como sendo o risco de falta de capacidade para liquidar ou cumprir as obrigações no prazo estipulado e a um preço razoável. A existência de liquidez implica que sejam definidos parâmetros de gestão dessa liquidez que permitam maximizar o retorno obtido e minimizar os custos de oportunidade associados à detenção dessa liquidez de forma segura e eficiente.

A gestão do risco de liquidez da Empresa tem por objectivo:

- Liquidez – garantir o acesso permanente e de forma eficiente a fundos suficientes para fazer face aos pagamentos correctos nas respectivas datas de vencimento;
- Segurança – minimizar a probabilidade de incumprimento no reembolso de qualquer aplicação de fundos; e
- Eficiência financeira – garantir a minimização do custo de oportunidade da detenção de liquidez excedentária no curto prazo.

A Empresa tem como política compatibilizar os prazos de vencimento de activos e passivos, gerindo as respectivas maturidades de forma equilibrada.

Por política, gerindo a sua exposição ao risco liquidez, a Empresa assegura a contratação de instrumentos e facilidades de crédito de diversas naturezas e em montantes adequados à especificidade das suas necessidades, garantindo níveis confortáveis de folga de liquidez. Também por política, essas facilidades são contratadas sem envolver concessão de garantias.

A informação constante neste anexo inclui os montantes em dívida não descontados e os prazos de vencimento foram determinados com base na data mais próxima em que a Empresa pode ser solicitada a liquidar aqueles passivos ("worst case scenario"), no pressuposto do cumprimento de todos os requisitos contratualmente definidos.

## 4. ALTERAÇÕES DE POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS E CORRECÇÃO DE ERROS FUNDAMENTAIS

Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, não se verificaram alterações significativas de políticas contabilísticas nem a necessidade de proceder à correcção de erros fundamentais.

## 5. IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS

Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, o movimento ocorrido no valor das imobilizações corpóreas, bem como nas respectivas amortizações e perdas de imparidade acumuladas, foi o seguinte:

## 2008

|   | Terrenos e rec. naturais | Edifícios e outras construções | Equip. básico | Equip. de transporte | Equip. administrativo | Ferram. e utensílios | Taras e vasilhames | Outras imob. corpóreas | Imob. em curso | Total      |
|---|--------------------------|--------------------------------|---------------|----------------------|-----------------------|----------------------|--------------------|------------------------|----------------|------------|
| <b>Activo bruto:</b>                        |                          |                                |               |                      |                       |                      |                    |                        |                |            |
| Saldo inicial                               | 299.612                  | 4.704.814                      | 42.748.673    | 1.922.139            | 5.322.347             | 288.992              | 12.000             | 1.207.017              | 992.702        | 57.498.296 |
| Adições                                     | -                        | 70.507                         | 336.314       | 27.535               | 20.889                | 2.202                | -                  | 15.287                 | 943.747        | 1.416.481  |
| Alienações                                  | -                        | -                              | (13.148)      | (222.225)            | (12.251)              | -                    | -                  | -                      | -              | (247.624)  |
| Abates                                      | -                        | -                              | -             | (1.050)              | (1.494)               | -                    | -                  | (369)                  | -              | (2.913)    |
| Transferências                              | -                        | 65.233                         | 408.409       | -                    | -                     | -                    | -                  | 129.950                | (603.592)      | -          |
| Saldo final                                 | 299.612                  | 4.840.554                      | 43.480.248    | 1.726.399            | 5.329.491             | 291.194              | 12.000             | 1.351.885              | 1.332.857      | 58.664.240 |
| <b>Amort. e perdas de imparidade acum.:</b> |                          |                                |               |                      |                       |                      |                    |                        |                |            |
| Saldo inicial                               | 120.670                  | 3.817.350                      | 34.964.573    | 1.474.044            | 4.258.023             | 261.510              | 11.034             | 841.436                | -              | 45.748.640 |
| Amort. exercício                            | 4.682                    | 83.377                         | 1.422.823     | 165.242              | 64.498                | 14.900               | 724                | 143.801                | -              | 1.900.047  |
| Alienações                                  | -                        | -                              | (13.148)      | (201.577)            | (12.219)              | -                    | -                  | -                      | -              | (226.944)  |
| Abates                                      | -                        | -                              | -             | (1.050)              | (1.494)               | -                    | -                  | (259)                  | -              | (2.803)    |
| Saldo final                                 | 125.352                  | 3.900.727                      | 36.374.248    | 1.436.659            | 4.308.808             | 276.410              | 11.758             | 984.978                | -              | 47.418.940 |
| <b>Valor líquido</b>                        | 174.260                  | 939.827                        | 7.106.000     | 289.740              | 1.020.683             | 14.784               | 242                | 366.907                | 1.332.857      | 11.245.300 |

## 2007

|   | Terrenos e rec. naturais | Edifícios e outras construções | Equip. básico    | Equip. de transporte | Equip. administrativo | Ferram. e utensílios | Taras e vasilhames | Outras imob. corpóreas | Imob. em curso | Total             |
|---|--------------------------|--------------------------------|------------------|----------------------|-----------------------|----------------------|--------------------|------------------------|----------------|-------------------|
| <b>Activo bruto:</b>                        |                          |                                |                  |                      |                       |                      |                    |                        |                |                   |
| Saldo inicial                               | 299.612                  | 4.793.745                      | 40.983.629       | 1.885.591            | 5.285.727             | 284.667              | 12.000             | 1.044.089              | 1.955.212      | 56.544.272        |
| Adições                                     | -                        | 1.683                          | 634.933          | 190.325              | 29.213                | 4.325                | -                  | 44.921                 | 438.462        | 1.343.862         |
| Alienações                                  | -                        | -                              | -                | (148.903)            | (869)                 | -                    | -                  | (18.685)               | -              | (168.457)         |
| Abates                                      | -                        | (96.147)                       | -                | (4.874)              | -                     | -                    | -                  | -                      | -              | (101.021)         |
| Transferências(Nota 6)                      | -                        | 5.533                          | 1.130.111        | -                    | 8.276                 | -                    | -                  | 136.692                | (1.400.972)    | (120.360)         |
| Saldo final                                 | 299.612                  | 4.704.814                      | 42.748.673       | 1.922.139            | 5.322.347             | 288.992              | 12.000             | 1.207.017              | 992.702        | 57.498.296        |
| <b>Amort. e perdas de imparidade acum.:</b> |                          |                                |                  |                      |                       |                      |                    |                        |                |                   |
| Saldo inicial                               | 115.330                  | 3.760.640                      | 33.499.669       | 1.448.504            | 4.184.108             | 240.061              | 10.309             | 715.918                | -              | 43.974.539        |
| Amort. exercício                            | 5.340                    | 119.205                        | 1.464.904        | 179.317              | 74.784                | 21.449               | 725                | 125.518                | -              | 1.991.242         |
| Alienações                                  | -                        | -                              | -                | (148.903)            | (869)                 | -                    | -                  | -                      | -              | (149.772)         |
| Abates                                      | -                        | (62.495)                       | -                | (4.874)              | -                     | -                    | -                  | -                      | -              | (67.369)          |
| Saldo final                                 | 120.670                  | 3.817.350                      | 34.964.573       | 1.474.044            | 4.258.023             | 261.510              | 11.034             | 841.436                | -              | 45.748.640        |
| <b>Valor líquido</b>                        | <b>178.942</b>           | <b>887.464</b>                 | <b>7.784.100</b> | <b>448.095</b>       | <b>1.064.324</b>      | <b>27.482</b>        | <b>966</b>         | <b>365.581</b>         | <b>992.702</b> | <b>11.749.656</b> |

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, o valor líquido contabilístico dos bens adquiridos com o recurso a locação financeira totalizava:

|                           | <u>31.12.08</u> | <u>31.12.07</u> |
|---------------------------|-----------------|-----------------|
| Equipamento de transporte | 161.800         | 235.161         |
|                           | <u>161.800</u>  | <u>235.161</u>  |

Em 31 de Dezembro de 2008, a Empresa não tinha hipotecado ou penhorado quaisquer bens de imobilizado.

O imobilizado corpóreo em curso apresentava, em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, a seguinte composição:

|                                | <u>31.12.08</u>  | <u>31.12.07</u> |
|--------------------------------|------------------|-----------------|
| Edifícios                      | 747.700          | 345.466         |
| Equipamento básico             | 487.233          | 577.990         |
| Equipamento administrativo     | 41.096           | 30.699          |
| Outras imobilizações corpóreas | 56.828           | 38.547          |
|                                | <u>1.332.857</u> | <u>992.702</u>  |

A Empresa utiliza na sua actividade imóveis detidos por empresa do Grupo RAR onde se insere. As condições subjacentes ao respectivo contrato de arrendamento permitem que o mesmo seja, de acordo com o entendimento da Empresa, classificado como locação operacional. O montante total dos custos com as rendas destes imóveis no exercício de 2008 ascendeu a aproximadamente 1.953 milhares de Euros (1.750 milhares de Euros no exercício de 2007) e estão registados na rubrica de "Fornecimentos e serviços externos" (Nota 33).

## 6. IMOBILIZAÇÕES INCORPÓREAS

Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, o movimento ocorrido nas imobilizações incorpóreas, bem como nas respectivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade, foram os seguintes:

|  | <u>2008</u>                   |                 |                  |
|--|-------------------------------|-----------------|------------------|
|  | <u>Propriedade industrial</u> | <u>Software</u> | <u>Total</u>     |
| <b>Activo Bruto:</b>                                   |                               |                 |                  |
| Saldo inicial  | 6.635.200                     | 174.259         | 6.809.459        |
| Adições  | -                             | 1.531           | 1.531            |
| Transferências   | -                             | -               | -                |
| Saldo final  | <u>6.635.200</u>              | <u>175.790</u>  | <u>6.810.990</u> |
| <b>Amortizações e perdas de imparidade acumuladas:</b> |                               |                 |                  |
| Saldo inicial  | -                             | 50.900          | 50.900           |
| Amortização do exercício                               | -                             | 17.505          | 17.505           |
| Saldo final  | <u>-</u>                      | <u>68.405</u>   | <u>68.405</u>    |
| <b>Valor líquido</b>                                   | <u>6.635.200</u>              | <u>107.385</u>  | <u>6.742.585</u> |

|  | 2007                   |          |           |
|--|------------------------|----------|-----------|
|  | Propriedade industrial | Software | Total     |
| <b>Activo Bruto:</b>                                   |                        |          |           |
| Saldo inicial  | 6.635.200              | 38.232   | 6.673.432 |
| Adições  | -                      | 15.668   | 15.668    |
| Transferências   | -                      | 120.360  | 120.360   |
| Saldo final  | 6.635.200              | 174.260  | 6.809.460 |
| <b>Amortizações e perdas de imparidade acumuladas:</b> |                        |          |           |
| Saldo inicial  | -                      | 36.142   | 36.142    |
| Amortização do exercício                               | -                      | 14.758   | 14.758    |
| Saldo final  | -                      | 50.900   | 50.900    |
| <b>Valor líquido</b>                                   | 6.635.200              | 123.360  | 6.758.560 |

O saldo da rubrica "Propriedade industrial" inclui custos com direitos sobre marcas de produtos produzidos e/ou comercializados pela Empresa, os quais, por não terem vida útil definida, não são amortizados, sendo o seu valor objecto de testes de imparidade anuais.

## 7. INVESTIMENTOS EM EMPRESAS ASSOCIADAS

Os investimentos em empresas associadas, suas sedes sociais e proporção do capital detido em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, são os seguintes:

| Empresas                                  | Sede   | 2008             |                    | 2007             |                    |
|---|--------|------------------|--------------------|------------------|--------------------|
|   |        | % Capital detido | Valor de aquisição | % Capital detido | Valor de aquisição |
| Acembex – Comércio e Serviços, Lda.       | Porto  | 5,00             | 41.234             | 5,00             | 41.234             |
| RARTransportes, Lda.                      | Porto  | -                | -                  | 99,90            | 1.311.158          |
| RAR Cogeração Unipessoal, Lda.            | Porto  | 100,00           | 999.399            | 100,00           | 999.399            |
| RAR Imobiliária, S.A.                     | Porto  | 38,17            | 21.477.178         | 38,17            | 21.477.178         |
| S.A.V. – Soc. de Águas de Valadares, S.A. | Monção | 32,67            | 182.000            | 32,67            | 182.000            |
| Sucral – Soc. Industrial de Açúcar, S.A.  | Lisboa | 71,78            | 2.635.703          | 71,78            | 2.635.703          |
|   |        |                  | 25.335.514         |                  | 26.646.672         |

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, os principais indicadores destas empresas eram como segue:

| Empresas                                  | 2008            |                   | 2007            |                   |
|---|-----------------|-------------------|-----------------|-------------------|
|   | Capital próprio | Resultado líquido | Capital próprio | Resultado líquido |
| Acembex – Comércio e Serviços, Lda.       | 1.217.691       | 178.201           | 1.169.490       | 159.864           |
| RARTransportes, Lda.                      | 230.354         | (52.739)          | 283.094         | (71.538)          |
| RAR Cogeração Unipessoal, Lda.            | 1.465.961       | 189.178           | 1.276.783       | 91.319            |
| RAR Imobiliária, S.A.                     | 64.929.774      | 1.585.315         | 63.743.506      | 760.125           |
| S.A.V. – Soc. de Águas de Valadares, S.A. | (8.190)         | (15.701)          | (9.489)         | (17.030)          |
| Sucral – Soc. Industrial de Açúcar, S.A.  | 3.010.868       | (2.199)           | 3.012.867       | (1.603)           |

Em 22 de Julho de 2008, foi celebrado um contrato entre a RAR – Refinarias de Açúcar, S.A. e a Nobreleça, SGPS, S.A., para cedência de uma quota da RARTransportes, Lda. (54,85% da participação), pelo montante de 337.500 Euros. O restante da participação da empresa na RARTransportes, Lda. foi classificado como activo não corrente detido para venda, devido à existência de um contrato promessa de cessão de quotas da RARTransportes, Lda. (Nota 17).

## 8. INVESTIMENTOS EM EMPRESAS PARTICIPADAS

A rubrica "Investimentos em empresas participadas" é composta essencialmente pelas seguintes participações:

|   | <b>31.12.08</b>       | <b>31.12.07</b>       |
|---|-----------------------|-----------------------|
| CLIP – Colégio Luso Internacional, S.A.                                       | 24.940                | 24.940                |
| Sinaga, S.A.  | 506.266               | 506.266               |
| Outros  | 24.110                | 24.110                |
|   | <u>555.316</u>        | <u>555.316</u>        |
| Perdas de imparidade acumuladas em outros investimentos financeiros (Nota 26) | (327.812)             | (7.774)               |
|   | <u><u>227.504</u></u> | <u><u>547.542</u></u> |

Em 31 de Dezembro de 2008, o aumento registado em "Perdas de imparidade acumuladas em outros investimentos financeiros" respeita à imparidade apurada pela empresa relativamente à sua participação na Sinaga, S.A..

Relativamente à Sinaga, S.A. a sua sede social e a proporção do capital detido em 31 de Dezembro de 2008 são os seguintes:

| <b>Empresa</b> | <b>Sede</b> | <b>Valor de balanço</b> | <b>% controlo 2008</b> | <b>% controlo 2007</b> | <b>Capital próprio 2008</b> | <b>Resultado líquido 2008</b> |
|----------------|-------------|-------------------------|------------------------|------------------------|-----------------------------|-------------------------------|
| Sinaga, S.A.   | P. Delgada  | 186.228                 | 15,54                  | 15,54                  | 1.196.992*                  | (2.121.241)*                  |

*\*Valores estimados*

## 9. IMPOSTOS DIFERIDOS

O detalhe dos activos e passivos por impostos diferidos em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, de acordo com as diferenças temporárias que os geraram, é o seguinte:

|   | <b>Activos por impostos diferidos</b> |                 | <b>Passivos por impostos diferidos</b> |                 |
|---|---------------------------------------|-----------------|--|-----------------|
|   | <b>31.12.08</b>                       | <b>31.12.07</b> | <b>31.12.08</b>                        | <b>31.12.07</b> |
| Diferença na base tributável de imobilizado | 87.015                                | 91.279          | 1.125.764                              | 842.647         |
|   | <u>87.015</u>                         | <u>91.279</u>   | <u>1.125.764</u>                       | <u>842.647</u>  |

O movimento ocorrido nos activos e passivos por impostos diferidos nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2008 e 2007 foi como segue:

|   | <b>Activos por impostos diferidos</b> |               | <b>Passivos por impostos diferidos</b> |                |
|---|---------------------------------------|---------------|--|----------------|
|   | <b>2008</b>                           | <b>2007</b>   | <b>2008</b>                            | <b>2007</b>    |
| Saldo inicial                               | 91.279                                | 101.323       | 842.647                                | 546.700        |
| Efeito em resultados (Nota 38):             |                                       |               |  |                |
| Diferença na base tributável de imobilizado | (4.264)                               | (10.044)      | 283.117                                | 295.947        |
| Saldo final                                 | <u>87.015</u>                         | <u>91.279</u> | <u>1.125.764</u>                       | <u>842.647</u> |

## 10. OUTROS ACTIVOS NÃO CORRENTES

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007 esta rubrica tinha a seguinte composição:

|   | <b>31.12.08</b> | <b>31.12.07</b> |
|---|-----------------|-----------------|
| Prestações suplementares (Nota 29):       |                 |                 |
| S.A.V. – Soc. de Águas de Valadares, Lda. | 15.746          | 10.192          |
|   | <u>15.746</u>   | <u>10.192</u>   |

## 11. EXISTÊNCIAS

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007 esta rubrica tinha a seguinte composição:

|  | <b>31.12.08</b>   | <b>31.12.07</b>   |
|--|-------------------|-------------------|
| Matérias-primas, subsidiárias e de consumo               | 8.776.772         | 9.677.149         |
| Mercadorias  | 117.873           | 75.836            |
| Produtos e trabalhos em curso                            | 343.222           | 387.702           |
| Sub-produtos, desperdícios, resíduos e refugos           | 6.765             | 13.975            |
| Produtos acabados e intermédios                          | 1.350.257         | 2.102.045         |
|  | <u>10.594.889</u> | <u>12.256.707</u> |
| Perdas de imparidade acumuladas em existências (Nota 26) | (74.388)          | (74.388)          |
|  | <u>10.520.501</u> | <u>12.182.319</u> |

## 12. CLIENTES

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007 a rubrica "Clientes" tinha a seguinte composição:

|  | <b>31.12.08</b>   | <b>31.12.07</b>   |
|--|-------------------|-------------------|
| Clientes, conta corrente                                       | 17.774.409        | 13.459.108        |
| Clientes de cobrança duvidosa                                  | 2.999             | 2.999             |
|  | <u>17.777.408</u> | <u>13.462.107</u> |
| Perdas por imparidade acumuladas em contas a receber (Nota 26) | (280.012)         | (2.999)           |
|  | <u>17.497.396</u> | <u>13.459.108</u> |

A exposição da Empresa ao risco de crédito é atribuível, às contas a receber da sua actividade operacional. Os montantes apresentados no balanço encontram-se líquidos das perdas acumuladas por imparidade para cobranças duvidosas que foram estimadas pela Empresa de acordo com a sua experiência e com base na sua avaliação da conjuntura e envolvente económica.

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007 a antiguidade das contas a receber de clientes é como segue:

|                     | <b>31.12.08</b>   | <b>31.12.07</b>   |
|---------------------|-------------------|-------------------|
| Saldo não vencido   | 10.983.457        | 7.850.518         |
| Saldo vencido       |                   |                   |
| Entre 0 e 90 dias   | 5.701.471         | 5.276.999         |
| Entre 90 e 180 dias | 135.977           | 164.005           |
| Mais de 180 dias    | 676.492           | 167.586           |
|                     | <u>17.497.396</u> | <u>13.459.108</u> |

### 13. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, a rubrica "Estado e outros entes públicos" tinha a seguinte composição:

|                                    | <b>31.12.08</b>  | <b>31.12.07</b>  |
|------------------------------------|------------------|------------------|
| Imposto sobre o rendimento         | 131.629          | 131.629          |
| Imposto sobre o valor acrescentado | 2.828.324        | 1.916.721        |
| Outros                             | -                | 10.016           |
|                                    | <u>2.959.953</u> | <u>2.058.366</u> |

### 14. OUTRAS DÍVIDAS DE TERCEIROS

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, a rubrica "Outras dívidas de terceiros" tinha a seguinte composição:

|  | <b>31.12.08</b>  | <b>31.12.07</b>  |
|--|------------------|------------------|
| Outros devedores   | 6.320.389        | 7.176.959        |
| Adiantamentos a fornecedores   | 145.545          | 25.819           |
| Empresas do Grupo (Nota 29)  | 246.072          | 672.886          |
|  | <u>6.712.006</u> | <u>7.875.664</u> |
| Perdas de imparidade acumuladas em outras dívidas de terceiros (Nota 26) | (745.578)        | (1.208.457)      |
|  | <u>5.966.428</u> | <u>6.667.207</u> |

As rubricas "Outros devedores" e "Outros credores" (Nota 24) incluem os montantes, devedores e credores, de 5.809.221 Euros associados a valores pendentes de regularização das relações da Empresa com o INGA (Ex – Fundo de Abastecimento), tendo esta instituição apresentado em 1989 uma liquidação no montante 7.722.002 Euros e a Empresa pago 2.858.682 Euros (incluído no saldo devedor acima referido) e mantido na rubrica "Proveitos diferidos" o montante de 1.313.017 Euros (Nota 24). A RAR Açúcar impugnou, através de recurso contencioso, a liquidação acima mencionada, tendo-se verificado no final do exercício de 2004 o desfecho, desfavorável para a RAR Açúcar, do contencioso como o INGA. Contudo, suportada por pareceres dos seus consultores legais, a RAR Açúcar apresentou no final do exercício de 2004 um recurso hierárquico ao Ministro das Finanças e uma impugnação judicial no Tribunal Administrativo Fiscal do Porto, invocando a prescrição daquela dívida ao INGA e, em consequência, a sua não exigibilidade à data actual, pelo que, em conformidade, não constituiu qualquer provisão nas demonstrações financeiras.

O saldo da rubrica de "outros devedores" inclui ainda, em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, os montantes de aproximadamente 746.000 Euros e 1.208.000 Euros, respectivamente, relativos a liquidações adicionais em sede de IRC impugnadas (Nota 38).

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007 a antiguidade destas dívidas de terceiros é como segue:

|                     | <b>31.12.08</b>  | <b>31.12.07</b>  |
|---------------------|------------------|------------------|
| Saldo não vencido   | 425.233          | 622.149          |
| Saldo vencido       |                  |                  |
| Entre 0 e 90 dias   | 27.074           | 29.885           |
| Entre 90 e 180 dias | 138.267          | 3.741            |
| Mais de 180 dias    | <u>5.375.854</u> | <u>6.011.432</u> |
|                     | <u>5.966.428</u> | <u>6.667.207</u> |

Os saldos com antiguidade superior a 180 dias respeitam essencialmente às contas a receber associadas aos processos acima indicados com o INGA e de impugnação judicial de liquidações adicionais em sede de IRC.

## 15. OUTROS ACTIVOS CORRENTES

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007 esta rubrica tinha a seguinte composição:

|  | <b>31.12.08</b> | <b>31.12.07</b>  |
|--|-----------------|------------------|
| Rendas e alugueres pagos antecipadamente | 164.925         | 169.405          |
| Seguros pagos antecipadamente            | 40.326          | 53.636           |
| Outros custos diferidos                  | 12.999          | 15.456           |
| Subsídios à exploração                   | 125.939         | 1.682.712        |
| Outros acréscimos de proveitos           | 29.118          | 37.255           |
|  | <u>373.307</u>  | <u>1.958.464</u> |

Em 31 de Dezembro de 2008, a rubrica "Subsídios à exploração" respeita a valores a receber devido a um projecto apresentado no âmbito do PRIME, enquanto em 31 de Dezembro de 2007 respeita a valores a receber do INGA a título de restituição à exportação (Nota 2.9).

## 16. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007 o detalhe de caixa e seus equivalentes era o seguinte:

|  | <b>31.12.08</b>    | <b>31.12.07</b>    |
|--|--------------------|--------------------|
| Numerário                                      | 3.003              | 3.233              |
| Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis | 20.845             | 12.967             |
| Caixa e equivalentes de caixa                  | 23.848             | 16.200             |
| Descobertos bancários (Nota 20)                | (5.681.291)        | (5.175.364)        |
|  | <u>(5.657.443)</u> | <u>(5.159.164)</u> |

A rubrica de caixa e equivalentes de caixa compreende os valores de caixa, depósitos imediatamente mobilizáveis, aplicações de tesouraria e depósitos a prazo com vencimento a menos de três meses, e para os quais o risco de alteração de valor é insignificante. Em descobertos bancários estão registados os saldos credores de contas correntes com instituições financeiras.

## 17. ACTIVOS NÃO CORRENTES CLASSIFICADOS COMO DETIDOS PARA VENDA

Em 31 de Dezembro de 2008, o activo que reuniu as condições para ser classificado como detido para venda foi a quota que a Empresa ainda detém na RAR Transportes, Lda.. Esta classificação deve-se à existência de um contrato promessa de cessão de quotas celebrado entre a Empresa e a Nobreleça, SGPS, S.A. de acordo com o qual a quota de 45,05% da participação detida pela Empresa será cedida por 411.750 Euros.

## 18. CAPITAL SOCIAL E RESERVAS

Em 31 de Dezembro de 2008, o capital social está representado por 21.000.000 acções ordinárias, totalmente subscrito e realizado, com o valor nominal de 1 Euro cada uma.

A RAR – Sociedade de Controle (Holding), S.A. detém 100% do capital subscrito em 31 de Dezembro de 2008.

A rubrica "Reservas de reavaliação" resulta da reavaliação do imobilizado corpóreo efectuada nos termos da legislação aplicável. De acordo com a legislação vigente e as práticas contabilísticas seguidas em Portugal, estas reservas não são distribuíveis aos accionistas podendo apenas, em determinadas circunstâncias, ser utilizadas em futuros aumentos de capital da Empresa ou em situações específicas na legislação.

A legislação comercial estabelece que, pelo menos, 5% do resultado líquido anual tem de ser destinado ao reforço da reserva legal até que esta represente pelo menos 20% do capital social. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da Empresa, podendo ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas ou incorporada no capital.

## 19. CREDORES POR LOCAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007 esta rubrica tinha a seguinte composição:

|  | <b>Pagamentos mínimos<br/>da locação financeira</b> |                 | <b>Valor presente dos<br/>pagamentos<br/>mínimos da locação<br/>financeira</b> |                  |
|--|---|-----------------|--|------------------|
|  | <b>31.12.08</b>                                     | <b>31.12.07</b> | <b>31.12.08</b>  | <b>31.12.07</b>  |
| Montantes a pagar por locações<br>financeiras:                         |   |                 |  |                  |
| 2008   | -   | 160.459         | -  | 147.721          |
| 2009   | 97.034  | 99.438          | 87.894   | 93.140           |
| 2010   | 70.064  | 61.584          | 65.888   | 59.024           |
| 2011   | 34.050  | 23.643          | 33.187   | 23.222           |
| 2012   | 1.638   | -               | 1.617  | -                |
|  | <u>202.786</u>                                      | <u>345.124</u>  | <u>188.586</u>   | <u>323.107</u>   |
| Juros futuros  | <u>(14.200)</u>                                     | <u>(22.017)</u> | <u>-</u>   | <u>-</u>         |
|  | <u>188.586</u>                                      | <u>323.107</u>  | <u>188.586</u>   | <u>323.107</u>   |
| Componente de curto prazo  |   |                 | <u>(87.894)</u>  | <u>(147.721)</u> |
| Credores por locações financeiras - líquidos da parcela de curto prazo |   |                 | <u>100.693</u>   | <u>175.386</u>   |

Os contratos de locação financeira vencem juros a taxas de mercado e têm períodos de vida definidos.

Em 31 de Dezembro de 2008, o justo valor das obrigações financeiras em contratos de locação financeira corresponde, aproximadamente, ao seu valor contabilístico.

As obrigações financeiras por locações são garantidas pela reserva de propriedade dos bens locados.

No quadro acima entende-se que a diferença entre os pagamentos mínimos da locação financeira (somatório das rendas futuras) e o valor presente dos pagamentos mínimos da locação financeira (somatório das rendas futuras excluindo o montante de juros) corresponde ao valor de juros a pagar.

Os contratos de locação financeira respeitam a equipamento de transporte.

## 20. EMPRÉSTIMOS BANCÁRIOS

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007 os empréstimos bancários obtidos tinham o seguinte detalhe:

|                                 | <b>31.12.08</b>  | <b>31.12.07</b>  |
|---------------------------------|------------------|------------------|
| Descobertos bancários (Nota 16) | <u>5.681.291</u> | <u>5.175.364</u> |
|                                 | <u>5.681.291</u> | <u>5.175.364</u> |

## 21. OUTROS EMPRÉSTIMOS

Em 31 de Dezembro de 2008 os outros empréstimos obtidos tinham o seguinte detalhe:

| Emissão        | Valor nominal da emissão | 2008             |                   |                   | 2007             |                   |                   | Vencimento | Taxa Juro |
|----------------|--------------------------|------------------|-------------------|-------------------|------------------|-------------------|-------------------|------------|-----------|
|                |                          | Corrente         | Não corrente      | Juros e comissões | Corrente         | Não corrente      | Juros e comissões |            |           |
| BPI (10M)      |                          |                  |                   |                   |                  |                   |                   |            |           |
| 21ª Emissão    | 5.000.000                | -                | -                 | -                 | -                | 5.000.000         | 8.150             | 18.01.2008 | 4,890%    |
| 22ª Emissão    | 5.000.000                | -                | -                 | -                 | -                | 5.000.000         | 8.530             | 20.03.2008 | 5,118%    |
| 33ª Emissão    | 10.000.000               | -                | 10.000.000        | 13.375            | -                | -                 | -                 | 16.01.2009 | 3,120%    |
| Custos emissão | -                        | -                | -                 | (3.679)           | -                | -                 | (3.631)           | 27.03.2011 | -         |
| CGD (3M)       |                          |                  |                   |                   |                  |                   |                   |            |           |
| 3ª Emissão     | 3.000.000                | -                | -                 | -                 | 3.000.000        | -                 | 19.172            | 13.01.2008 | 4,793%    |
| 12ª Emissão    | 3.000.000                | 3.000.000        | -                 | 6.332             | -                | -                 | -                 | 09.01.2009 | 3,454%    |
| Custos emissão | -                        | -                | -                 | (762)             | -                | -                 | (776)             | 27.06.2012 | -         |
| Valor nominal  |                          | <u>3.000.000</u> | <u>10.000.000</u> | <u>15.267</u>     | <u>3.000.000</u> | <u>10.000.000</u> | <u>31.445</u>     |            |           |

O saldo das emissões de papel comercial, classificado como "Outros empréstimos" no passivo não corrente em 31 de Dezembro de 2008 e 2007 está subjacente a um programa de emissão de papel comercial, no montante de 10.000.000 Euros, com validade até 27 de Março de 2011. De acordo com as condições do contrato, as emissões podem ser efectuadas até um ano, até ao limite do montante contratado, tendo as instituições financeiras, assumido a garantia de colocação integral de cada emissão a efectuar no âmbito do referido contrato de programa. É intenção do Conselho de Administração utilizar os programas acima referidos num período superior a doze meses.

Adicionalmente, em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, o saldo desta rubrica inclui programa de emissão de papel comercial no montante de 3.000.000 Euros, válido até 27 de Junho de 2012, mas cujas condições subjacentes justificaram a classificação daquele saldo no passivo corrente.

Em 31 de Dezembro de 2008, os programas de papel comercial classificados como não correntes tinham o seguinte plano de reembolso previsto e pagamento de juros previsto:

| <b>31.12.2008</b> | <b>Taxa de juro efectiva média</b> | <b>2009</b>    | <b>2010</b>    | <b>2011</b>       | <b>Total</b>      |
|-------------------|------------------------------------|----------------|----------------|-------------------|-------------------|
| Amortização       |                                    | -              | -              | 10.000.000        | 10.000.000        |
| Juros             | 3,120%                             | 312.000        | 312.000        | 73.512            | 697.512           |
|                   |                                    | <u>312.000</u> | <u>312.000</u> | <u>10.073.512</u> | <u>10.697.512</u> |

## 22. FORNECEDORES

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007 esta rubrica respeitava a valores a pagar resultantes de aquisições decorrentes do curso normal das actividades da Empresa.

|  | <b>31.12.08</b>  | <b>31.12.07</b>  |
|--|------------------|------------------|
| Fornecedores, conta corrente                     | 1.824.294        | 1.882.330        |
| Fornecedores, facturas em recepção e conferência | 1.583.727        | 1.193.886        |
|  | <u>3.408.021</u> | <u>3.076.216</u> |

Em 31 de Dezembro de 2008, o Conselho de Administração entende que o valor contabilístico destas dívidas é aproximado ao seu justo valor.

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007 a antiguidade dos saldos a pagar a fornecedores é como segue:

|                   | <b>31.12.08</b>  | <b>31.12.07</b>  |
|-------------------|------------------|------------------|
| Até 3 meses       | 2.920.185        | 2.500.285        |
| Entre 3 e 4 meses | 308.164          | 29.723           |
| Mais de 4 meses   | 179.672          | 546.208          |
|                   | <u>3.408.021</u> | <u>3.076.216</u> |

## 23. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007 a rubrica "Estado e outros entes públicos" tinha a seguinte composição:

|   | <b>31.12.08</b> | <b>31.12.07</b> |
|---|-----------------|-----------------|
| Contribuições para a segurança social   | 120.211         | 101.143         |
| Imposto sobre o valor acrescentado      | 413.306         | -               |
| Retenções de imposto sobre o rendimento | 101.678         | 107.145         |
|   | <u>635.195</u>  | <u>208.288</u>  |

## 24. OUTRAS DÍVIDAS A TERCEIROS

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007 a rubrica "Outras dívidas a terceiros" tinha a seguinte composição:

|                             | <b>31.12.08</b>   | <b>31.12.07</b>   |
|-----------------------------|-------------------|-------------------|
| Empresas do Grupo (Nota 29) | 11.911.151        | 11.425.840        |
| Fornecedores de imobilizado | 133.987           | 102.843           |
| Outros credores             | 6.428.765         | 6.911.117         |
|                             | <u>18.473.903</u> | <u>18.439.800</u> |

Na rubrica de "Outros credores", tal como sucede na rubrica de "Outros devedores", encontra-se incluído o montante de 5.809.221 Euros associado a valores pendentes de regularização das relações com o INGA (Ex – Fundo de Abastecimento) (Nota 14).

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007 a antiguidade destes saldos a pagar é como segue:

|                     | <b>31.12.08</b>   | <b>31.12.07</b>   |
|---------------------|-------------------|-------------------|
| Saldo não vencido   | 12.506.583        | 12.669.383        |
| Saldo vencido       |                   |                   |
| Entre 0 e 90 dias   | 130.113           | 7.621             |
| Entre 90 e 180 dias | 1.849             | -                 |
| Mais de 180 dias    | 5.835.358         | 5.762.796         |
|                     | <u>18.473.903</u> | <u>18.439.800</u> |

Os saldos com antiguidade superior a 180 dias respeitam essencialmente às contas a pagar associadas aos processos com o INGA.

## 25. OUTROS PASSIVOS CORRENTES

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007 esta rubrica tinha a seguinte composição:

|  | <b>31.12.08</b>  | <b>31.12.07</b>  |
|--|------------------|------------------|
| Acréscimos de custos:                    |                  |                  |
| Custos com o pessoal                     | 736.935          | 806.738          |
| Trabalhos especializados                 | -                | 10.135           |
| Encargos financeiros a pagar             | 32.724           | 60.077           |
| Outros fornecimentos e serviços externos | 57.586           | 23.332           |
| Descontos de quantidade (rappel)         | 1.275.438        | 221.986          |
|  | <u>2.102.683</u> | <u>1.122.268</u> |
| Proveitos diferidos:                     |                  |                  |
| Contencioso com o INGA (Nota 14)         | 1.313.017        | 1.313.017        |
| Outros proveitos diferidos               | 66.629           | 66.629           |
| Ajuda transitória – IFAP                 | 4.521.176        | 7.104.706        |
|  | <u>5.900.822</u> | <u>8.484.352</u> |
|  | <u>8.003.505</u> | <u>9.606.620</u> |

O Regulamento (CE) nº. 320/2006, do Conselho, de 20 de Fevereiro, que estabelece um regime temporário de reestruturação da indústria açucareira na Comunidade, inclui, entre as suas disposições, a atribuição de uma ajuda transitória às refinarias a tempo inteiro sediadas nos territórios dos Estados membros para as companhias de comercialização de Julho de 2006 a Setembro de 2010, com o objectivo de facilitar a sua adaptação à reforma do sector. No âmbito deste Regulamento e do Regulamento (CE) nº. 968/2006, a RAR – Refinarias de Açúcar Reunidas, S.A. apresentou um pedido de ajuda que foi aprovado em Maio de 2007 no montante de 10.980.000 Euros (montante recebido em Setembro de 2007). O proveito relativo a esta ajuda transitória está a ser reconhecido de forma linear durante as quatro campanhas atrás mencionadas, pelo que no exercício findo em 31 de Dezembro de 2008 o montante de 2.737.234 Euros foi registado na rubrica da demonstração dos resultados “Outros proveitos operacionais – subsídios à exploração” (Nota 31) e o montante de 4.521.176 Euros encontra-se em diferimento na rubrica de “Proveitos diferidos – Ajuda transitória – IFAP”.

## 26. PROVISÕES E PERDAS DE IMPARIDADE ACUMULADAS

O movimento ocorrido nas provisões e nas perdas de imparidade acumuladas durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2008 e 2007 foi o seguinte:

| <b>Rubricas</b>   | <b>Saldo inicial<br/>31.12.07</b> | <b>Reforço</b> | <b>Utilização</b> | <b>Redução</b>   | <b>Saldo final<br/>31.12.08</b> |
|---|-----------------------------------|----------------|-------------------|------------------|---------------------------------|
| Provisões   | 277.013                           | -              | -                 | (277.013)        | -                               |
| Perdas de imparidade acum. em existências (Nota 11)                     | 74.388                            | -              | -                 | -                | 74.388                          |
| Perdas de imparidade acum. em contas a receber (Nota 12)                | 2.999                             | 277.013        | -                 | -                | 280.012                         |
| Perdas de imparidade acum. em outras dív. de terceiros (Nota 14)        | 1.208.457                         | -              | (462.879)         | -                | 745.578                         |
| Perdas de imparidade acum. em invest. em empresas participadas (Nota 8) | 7.774                             | 320.038        | -                 | -                | 327.812                         |
|   | <u>1.570.631</u>                  | <u>579.051</u> | <u>(462.879)</u>  | <u>(277.013)</u> | <u>1.427.790</u>                |

| <b>Rubricas</b>   | <b>Saldo inicial<br/>31.12.06</b> | <b>Reforço</b> | <b>Utilização</b> | <b>Redução</b>  | <b>Saldo final<br/>31.12.07</b> |
|---|-----------------------------------|----------------|-------------------|-----------------|---------------------------------|
| Provisões   | 277.013                           | -              | -                 | -               | 277.013                         |
| Perdas de imparidade acum. em existências (Nota 11)                     | 91.748                            | 20.432         | -                 | (37.792)        | 74.388                          |
| Perdas de imparidade acum. em contas a receber (Nota 12)                | 2.999                             | -              | -                 | -               | 2.999                           |
| Perdas de imparidade acum. em outras dív. de terceiros (Nota 14)        | 1.606.064                         | -              | (397.607)         | -               | 1.208.457                       |
| Perdas de imparidade acum. em invest. em empresas participadas (Nota 8) | 7.774                             | -              | -                 | -               | 7.774                           |
|   | <u>1.985.598</u>                  | <u>20.432</u>  | <u>(397.607)</u>  | <u>(37.792)</u> | <u>1.570.631</u>                |

As perdas de imparidade estão deduzidas ao valor do correspondente activo. A variação das perdas de imparidade em existências foi registada por contrapartida da rubrica de custo das existências vendidas e consumidas (Nota 31).

## 27. ACTIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES

|                                 | <u>31.12.08</u>   | <u>31.12.07</u>   |
|---------------------------------|-------------------|-------------------|
| Garantias prestadas:            |                   |                   |
| Supremo Tribunal Administrativo | 7.481.969         | 7.481.969         |
| Alfândega do Porto              | 3.321.600         | 3.321.600         |
| Direcção Geral de Impostos      | 188.066           | 188.066           |
| Tribunal do Trabalho            | 1.590             | 1.590             |
|                                 | <u>10.993.225</u> | <u>10.993.225</u> |

A garantia prestada ao Supremo Tribunal Administrativo no montante de 7.481.969 Euros respeita ao contencioso com o INGA (Nota 14).

## 28. COMPROMISSOS ASSUMIDOS E NÃO REFLECTIDOS NO BALANÇO

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007 a Empresa não tinha assumido compromissos não reflectidos no Balanço.

## 29. PARTES RELACIONADAS

Os saldos e transacções efectuados com entidades relacionadas durante os exercícios de 2008 e 2007 podem ser detalhados como segue:

|  | Vendas e prestações de serviços |                  | Compras e serviços obtidos |                  | Juros debitados |               | Juros suportados |                  |
|--|---------------------------------|------------------|----------------------------|------------------|-----------------|---------------|------------------|------------------|
|  | 31.12.08                        | 31.12.07         | 31.12.08                   | 31.12.07         | 31.12.08        | 31.12.07      | 31.12.08         | 31.12.07         |
| <b>Transacções:</b>                          |                                 |                  |                            |                  |                 |               |                  |                  |
| Acembex – Comércio e Serviços, Lda.          | 263.122                         | 384.689          | 30.000                     | 521.283          | -               | -             | -                | -                |
| Centrar – Centro de Serviços de Gestão, S.A. | 30.246                          | 24.346           | 310.253                    | 319.750          | -               | -             | -                | -                |
| COMP-RAR – Central de compras, S.A.          | -                               | -                | 40.617                     | -                | -               | -             | -                | -                |
| Geotur – Viagens e Turismo, S.A.             | -                               | -                | 36.902                     | 56.928           | -               | -             | -                | -                |
| Imperial – Produtos Alimentares, S.A.        | 834.009                         | 853.092          | 127                        | -                | -               | -             | -                | -                |
| RAR Cogeração Unipessoal, Lda.               | 1.110.727                       | 1.014.029        | 3.922.372                  | 2.814.327        | 17.375          | 37.970        | 3.016            | 36.535           |
| RAR Imobiliária, S.A.                        | -                               | -                | 2.120.297                  | 1.765.880        | -               | -             | -                | -                |
| RAR – Serviços de Assistência Clínica, Lda.  | 514                             | -                | 100.961                    | 119.452          | -               | -             | -                | -                |
| RAR – Sociedade de Controle (Holding), S.A.  | -                               | -                | 627.877                    | 902.860          | -               | -             | 809.164          | 1.122.321        |
| RARTransportes, Lda.                         | -                               | -                | 2.652.872                  | 2.216.517        | -               | -             | -                | -                |
| Sucral – Soc. Industrial de Açúcar, S.A.     | -                               | -                | -                          | -                | -               | -             | 236              | 367              |
|  | <b>2.238.618</b>                | <b>2.276.156</b> | <b>9.842.278</b>           | <b>8.716.997</b> | <b>17.375</b>   | <b>37.970</b> | <b>812.416</b>   | <b>1.159.223</b> |

|   | Contas a receber |          | Contas a pagar |          | Empréstimos obtidos |            | Empréstimos concedidos |          | Outras dívidas a receber |          | Outras dívidas a pagar |          |
|---|------------------|----------|----------------|----------|---------------------|------------|------------------------|----------|--------------------------|----------|------------------------|----------|
|   | 31.12.08         | 31.12.07 | 31.12.08       | 31.12.07 | 31.12.08            | 31.12.07   | 31.12.08               | 31.12.07 | 31.12.08                 | 31.12.07 | 31.12.08               | 31.12.07 |
| <b>Saldos:</b>                            |                  |          |                |          |                     |            |                        |          |                          |          |                        |          |
| Acembex – Comércio e Serviços, Lda.       | 11.953           | 45.450   | 3.000          | 3.531    | -                   | -          | -                      | -        | -                        | -        | -                      | -        |
| Centrar – Centro de Serv. Gestão, S.A.    | 6.492            | 4.717    | 37.060         | 42.767   | -                   | -          | -                      | -        | -                        | -        | -                      | -        |
| COMP-RAR-Central de compras, S.A.         | 1.075            | -        | -              | -        | -                   | -          | -                      | -        | -                        | -        | -                      | -        |
| Geotur – Viagens e Turismo, S.A.          | -                | -        | 10.774         | 8.491    | -                   | -          | -                      | -        | -                        | -        | -                      | -        |
| Imperial – Produtos Alimentares, S.A.     | -                | -        | 89.474         | -        | -                   | -          | -                      | -        | -                        | -        | -                      | 75.784   |
| RAR Cogeração Unipessoal, Lda.            | 183.153          | 130.343  | 772            | 364.640  | -                   | 350.000    | -                      | -        | 140.765                  | 554.370  | 772                    | 14.640   |
| RAR Imobiliária, S.A.                     | 2.029            | -        | 604            | 424      | -                   | -          | -                      | -        | -                        | -        | -                      | -        |
| RAR – Serv. Assistência Clínica, Lda.     | 261              | -        | (2.344)        | 9.534    | -                   | -          | -                      | -        | -                        | -        | -                      | 342      |
| RAR – Soc. de Controle (Holding), S.A.    | 538              | 5.662    | 469            | 17.272   | 11.500.000          | 10.500.000 | -                      | -        | -                        | 2.048    | 408.624                | 480.746  |
| RARTransportes, Lda.                      | 4.683            | 6.575    | 95.354         | 188.192  | -                   | -          | -                      | -        | -                        | -        | -                      | -        |
| S.A.V. – Soc. de Águas de Valadares, S.A. | -                | -        | -              | -        | -                   | -          | 15.746                 | 10.192   | -                        | -        | -                      | -        |
| SIEL, SGPS, S.A.                          | -                | -        | -              | -        | -                   | -          | -                      | -        | 105.307                  | 116.468  | -                      | -        |
| Sucral – Soc. Industrial de Açúcar, S.A.  | -                | -        | -              | -        | 1.675               | 4.175      | -                      | -        | -                        | -        | 80                     | 153      |
|   | 210.184          | 192.747  | 235.163        | 634.851  | 11.501.675          | 10.854.175 | 15.746                 | 10.192   | 246.072                  | 672.886  | 409.476                | 571.665  |

| <b>Empréstimos obtidos:</b>                 | <b>Saldo<br/>31.12.07</b> | <b>Aumentos</b>   | <b>Diminuições</b>  | <b>Saldo<br/>31.12.08</b> | <b>Taxa de juro<br/>em vigor<br/>no exercício</b> | <b>Data de<br/>reembolso</b> |
|---|---------------------------|-------------------|---------------------|---------------------------|---|------------------------------|
| RAR Cogeração<br>Unipessoal, Lda.           | 100.000                   | -                 | (100.000)           | -                         | 5,819%  | 06.02.2008                   |
|   | 60.000                    | -                 | (60.000)            | -                         | 5,819%  | 06.02.2008                   |
|   | 70.000                    | -                 | (70.000)            | -                         | 5,819%  | 19.02.2008                   |
|   | 120.000                   | -                 | (120.000)           | -                         | 5,819%  | 19.02.2008                   |
|   | -                         | 245.000           | (245.000)           | -                         | 6,088%  | 22.09.2008                   |
|   | -                         | 180.000           | (180.000)           | -                         | 6,088%  | 06.10.2008                   |
|   | -                         | 140.000           | (140.000)           | -                         | 6,088%  | 21.10.2008                   |
|   | <b>350.000</b>            | <b>565.000</b>    | <b>(915.000)</b>    | <b>-</b>                  |   |                              |
| RAR – Soc. de Controle<br>(Holding), S.A.   | 8.000.000                 | -                 | (8.000.000)         | -                         | 5,881%  | 24.09.2008                   |
|   | 2.500.000                 | -                 | (2.500.000)         | -                         | 5,882%  | 25.09.2008                   |
|   | -                         | 2.000.000         | (2.000.000)         | -                         | 5,940%  | 09.12.2008                   |
|   | -                         | 270.000           | (270.000)           | -                         | 6,088%  | 31.12.2008                   |
|   | -                         | 5.000.000         | -                   | 5.000.000                 | 5,979%  | 27.02.2009                   |
|   | -                         | 1.500.000         | -                   | 1.500.000                 | 5,980%  | 28.02.2009                   |
|   | -                         | 3.500.000         | -                   | 3.500.000                 | 6,088%  | 23.09.2009                   |
|   | -                         | 1.500.000         | -                   | 1.500.000                 | 6,088%  | 09.12.2009                   |
|   | <b>10.500.000</b>         | <b>13.770.000</b> | <b>(12.770.000)</b> | <b>11.500.000</b>         |   |                              |
| Sucral – Soc. Industrial<br>de Açúcar, S.A. | 4.175                     | -                 | (4.175)             | -                         | 6,819%  | 24.05.2008                   |
|   | -                         | 4.175             | (2.500)             | 1.675                     | 7,044%  | 26.05.2009                   |
|   | <b>4.175</b>              | <b>4.175</b>      | <b>(6.675)</b>      | <b>1.675</b>              |   |                              |
| <b>Empréstimos concedidos:</b>              |                           |                   |                     |                           |   |                              |
| RAR Cogeração<br>Unipessoal, Lda.           | -                         | 360.000           | (360.000)           | -                         | 5,836%  | 10.07.2008                   |
|   | -                         | 350.000           | (350.000)           | -                         | 5,980%  | 02.09.2008                   |
|   | -                         | 200.000           | (200.000)           | -                         | 6,088%  | 02.09.2008                   |
|   | -                         | 160.000           | (160.000)           | -                         | 6,088%  | 10.09.2008                   |
|   | -                         | 75.000            | (75.000)            | -                         | 6,088%  | 10.09.2008                   |
|   | -                         | 270.000           | (270.000)           | -                         | 6,088%  | 10.09.2008                   |
|   | -                         | 135.000           | (135.000)           | -                         | 6,088%  | 24.09.2008                   |
|   | -                         | 105.000           | (105.000)           | -                         | 6,088%  | 11.11.2008                   |
|   | -                         | 55.000            | (55.000)            | -                         | 6,088%  | 11.11.2008                   |
|   | -                         | 95.000            | (95.000)            | -                         | 6,088%  | 11.11.2008                   |
|   | -                         | 20.000            | (20.000)            | -                         | 6,088%  | 11.11.2008                   |
|   | -                         | 250.000           | (250.000)           | -                         | 6,088%  | 11.12.2008                   |
|   | -                         | 95.000            | (95.000)            | -                         | 6,088%  | 12.12.2008                   |
|   | -                         | 190.000           | (190.000)           | -                         | 6,088%  | 12.12.2008                   |
|   | -                         | <b>2.360.000</b>  | <b>(2.360.000)</b>  | <b>-</b>                  |   |                              |

Em 31 de Dezembro de 2008, os empréstimos obtidos tinham o seguinte plano de reembolso e pagamento de juros previsto:

| <b>31.12.2008</b> | <b>Taxa de juro efectiva média</b> | <b>2009</b>       |
|-------------------|------------------------------------|-------------------|
| Amortização       |                                    | 11.501.675        |
| Juros             | 6,027%                             | 303.153           |
|                   |                                    | <u>11.804.828</u> |

A remuneração da Administração pode ser decomposta como segue:

|                      | <b>31.12.08</b> | <b>31.12.07</b> |
|----------------------|-----------------|-----------------|
| Remuneração fixa     | 101.024         | 170.708         |
| Remuneração variável | 75.620          | 84.055          |
|                      | <u>176.644</u>  | <u>254.763</u>  |

### 30. VENDAS E PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS

As vendas e as prestações de serviços nos exercícios de 2008 e 2007 foram como segue:

|                          | <b>31.12.08</b>   | <b>31.12.07</b>   |
|--------------------------|-------------------|-------------------|
| Vendas:                  |                   |                   |
| Mercado interno          | 64.070.550        | 69.173.094        |
| Mercado intracomunitário | 33.890.653        | 22.547.212        |
|                          | <u>97.961.203</u> | <u>91.720.306</u> |
| Prestações de serviços:  |                   |                   |
| Outros                   | 115               | 78                |
|                          | <u>97.961.318</u> | <u>91.720.384</u> |

### 31. OUTROS PROVEITOS OPERACIONAIS

A repartição dos outros proveitos operacionais nos exercícios de 2008 e 2007 é a seguinte:

|   | <b>31.12.08</b>  | <b>31.12.07</b>  |
|---|------------------|------------------|
| Proveitos suplementares                     | 958.905          | 902.136          |
| Benefícios de penalidades contratuais       | -                | 300.000          |
| Ganhos na alienação de imobilizado corpóreo | 21.786           | 16.018           |
| Descontos de pronto pagamento obtidos       | 4.777            | 5.394            |
| Subsídios ao investimento                   | -                | 5.692            |
| Subsídios à exploração                      | 2.737.234        | 3.875.294        |
| Outros                                      | 100.289          | 81.768           |
|   | <u>3.822.991</u> | <u>5.186.302</u> |

Em 31 de Dezembro de 2007, o saldo da rubrica "Benefícios de penalidades contratuais" respeita a indemnização recebida pela Empresa por incumprimento de contrato de exportação por parte de entidade terceira.

Durante o exercício de 2008 foi registado na rubrica "Subsídios à exploração" o montante de 2.737.234 Euros (3.875.294 Euros durante o exercício de 2007), relativo à ajuda transitória obtida no âmbito do Regulamento (CE) n.º 320/2006, do Conselho, de 20 de Fevereiro (Nota 25).

### 32. CUSTO DAS EXISTÊNCIAS VENDIDAS E CONSUMIDAS E VARIAÇÃO DA PRODUÇÃO

Os custos das existências vendidas e consumidas, nos exercícios de 2008 e 2007, foram determinados como se segue:

|                                | 2008        |  | 2007        |  |
|--------------------------------|-------------|--|-------------|--|
|                                | Mercadorias | Matérias-primas, subsidiárias e de consumo | Mercadorias | Matérias-primas, subsidiárias e de consumo |
| Existências iniciais           | 75.836      | 9.677.149                                  | 24.273      | 8.079.317                                  |
| Compras                        | 787.722     | 75.061.520                                 | 345.075     | 76.603.188                                 |
| Existências finais             | 117.873     | 8.776.772                                  | 75.836      | 9.677.149                                  |
| Perdas de imparidade (Nota 26) | -           | -  | -           | (17.360)                                   |
| Custos do exercício            | 745.685     | 75.961.897                                 | 293.512     | 74.987.996                                 |

A rubrica "Variação da produção" nos exercícios de 2008 e 2007 pode ser detalhada como segue:

|                              | 2008                            |   |                               | 2007                            |   |                               |
|------------------------------|---------------------------------|---|-------------------------------|---------------------------------|---|-------------------------------|
|                              | Produtos acabados e intermédios | Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos | Produtos e trabalhos em curso | Produtos acabados e intermédios | Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos | Produtos e trabalhos em curso |
| Existências iniciais         | 2.102.045                       | 13.975  | 387.702                       | 1.334.844                       | 1.939   | 227.077                       |
| Regularização de existências | 22.046                          | -   | -                             | 57.298                          | -   | -                             |
| Existências finais           | 1.350.256                       | 6.765   | 343.222                       | 2.102.045                       | 13.975  | 387.702                       |
| Variação da produção         | (729.743)                       | (7.210)                                       | (44.480)                      | 824.499                         | 12.036  | 160.625                       |

### 33. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

A rubrica "Fornecimentos e serviços externos", nos exercícios de 2008 e 2007, pode ser detalhada como segue:

|                            | 31.12.08   | 31.12.07   |
|----------------------------|------------|------------|
| Subcontratos               | 97.037     | 100.612    |
| Electricidade              | 822.320    | 776.468    |
| Combustíveis               | 84.165     | 44.142     |
| Água                       | 288.103    | 289.377    |
| Outros fluidos             | 3.922.372  | 2.814.837  |
| Rendas e alugueres         | 2.356.803  | 2.038.243  |
| Comunicação                | 37.918     | 32.471     |
| Seguros                    | 140.694    | 157.772    |
| Transportes de mercadorias | 2.288.722  | 2.047.103  |
| Deslocações e estadas      | 129.494    | 142.854    |
| Honorários                 | 81.314     | 73.898     |
| Conservação e reparação    | 784.895    | 648.473    |
| Publicidade e propaganda   | 134.293    | 146.469    |
| Trabalhos especializados   | 1.380.741  | 1.638.132  |
| Outros                     | 750.427    | 708.002    |
|                            | 13.299.298 | 11.658.853 |

#### 34. CUSTOS COM O PESSOAL

A repartição dos custos com o pessoal nos exercícios de 2008 e 2007 é a seguinte:

|                             | <b>31.12.08</b>  | <b>31.12.07</b>  |
|-----------------------------|------------------|------------------|
| Remunerações órgãos sociais | 176.644          | 254.763          |
| Remunerações do pessoal     | 3.930.727        | 3.955.096        |
| Encargos sobre remunerações | 935.162          | 910.420          |
| Seguros                     | 27.442           | 46.479           |
| Encargos com saúde          | 206.263          | 224.774          |
| Outros custos com pessoal   | 1.019.205        | 703.007          |
|                             | <u>6.295.443</u> | <u>6.094.539</u> |

Durante os exercícios de 2008 e 2007 o número médio do pessoal foi de 253 e 260, respectivamente.

#### 35. OUTROS CUSTOS OPERACIONAIS

A rubrica "Outros custos operacionais" nos exercícios de 2008 e 2007 pode ser detalhada como segue:

|   | <b>31.12.08</b> | <b>31.12.07</b> |
|---|-----------------|-----------------|
| Despesas com propriedade industrial         | 5.607           | 4.836           |
| Imposto sobre o valor acrescentado          | 37.791          | 22.117          |
| Imposto municipal sobre imóveis             | 116             | 116             |
| Imposto selo                                | 33.713          | 18.514          |
| Quotizações                                 | 23.481          | 18.157          |
| Ofertas                                     | 77.605          | 97.242          |
| Donativos                                   | 15.050          | 16.548          |
| Perdas na alienação de imobilizado corpóreo | 7               | 33.454          |
| Serviços bancários                          | 98.727          | 93.957          |
| Outros                                      | 139.670         | 141.316         |
|   | <u>431.767</u>  | <u>446.257</u>  |

### 36. RESULTADOS FINANCEIROS

Os resultados financeiros têm a seguinte composição:

|  | <u>31.12.08</u>    | <u>31.12.07</u>    |
|--|--------------------|--------------------|
| <b>Custos e perdas:</b>                      |                    |                    |
| Juros suportados:                            |                    |                    |
| Relativos a descobertos e emprést. bancários | 320.982            | 153.031            |
| Relativos a papel comercial                  | 631.297            | 456.503            |
| Relativos a contratos de locação financeira  | 13.150             | 13.877             |
| Relativos a emprést. de empresas do Grupo    | 812.416            | 1.159.223          |
|  | <u>1.777.845</u>   | <u>1.782.634</u>   |
| Diferenças de câmbio desfavoráveis           | 46.438             | -                  |
| Outros custos e perdas financeiras           | 50.773             | 48.501             |
|  | <u>1.875.056</u>   | <u>1.831.135</u>   |
| Resultados financeiros                       | <u>(1.855.150)</u> | <u>(1.611.414)</u> |
|  | <u>19.906</u>      | <u>219.721</u>     |
| <b>Proveitos e ganhos:</b>                   |                    |                    |
| Juros obtidos:                               |                    |                    |
| Relativos a emprést. de empresas do Grupo    | 17.375             | 37.970             |
| Outros juros                                 | 705                | 181.751            |
| Diferenças de câmbio favoráveis              | 145                | -                  |
| Outros proveitos e ganhos financeiros        | 1.681              | -                  |
|  | <u>19.906</u>      | <u>219.721</u>     |

### 37. RESULTADOS RELATIVOS A EMPRESAS ASSOCIADAS

Os resultados relativos a empresas associadas têm a seguinte composição:

|                                     | <u>31.12.08</u>  | <u>31.12.07</u>  |
|-------------------------------------|------------------|------------------|
| Dividendos:                         |                  |                  |
| Acembex – Comércio e serviços, Lda. | 6.500            | 5.000            |
| RARTransportes, Lda.                | -                | 33.966           |
| RAR Imobiliária, S.A.               | 261.126          | 1.240.525        |
| RAR Cogeração Unipessoal, Lda.      | -                | 262.283          |
|                                     | <u>267.626</u>   | <u>1.541.774</u> |
| Perdas de imparidade (Nota 26)      | <u>(320.038)</u> | <u>-</u>         |
|                                     | <u>(52.412)</u>  | <u>1.541.774</u> |

O montante registado em "Perdas de imparidade" respeita à participação que a empresa tem na Sinaga, S.A. (Nota 8).

Os resultados relativos a investimentos têm a seguinte composição:

|  | <u>31.12.08</u>  | <u>31.12.07</u> |
|--|------------------|-----------------|
| Resultados relativos a investimentos:            |                  |                 |
| Resultados obtidos na alienação de investimentos | <u>(561.908)</u> | <u>-</u>        |
|  | <u>(561.908)</u> | <u>-</u>        |

Os resultados relativos a investimentos respeitam à alienação da participação na RARTransportes, Lda. (Nota 7).

### 38. IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

Os impostos sobre o rendimento reconhecidos nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2008 e 2007 são detalhados como segue:

|                           | <b>31.12.08</b> | <b>31.12.07</b> |
|---------------------------|-----------------|-----------------|
| Imposto corrente          | (99.689)        | (185.734)       |
| Imposto diferido (Nota 9) | 287.381         | 305.991         |
|                           | <u>187.692</u>  | <u>120.257</u>  |

A reconciliação do resultado antes de imposto com o imposto do exercício é como segue:

|  | <b>31.12.08</b>  | <b>31.12.07</b>    |
|--|------------------|--------------------|
| Resultado agregado antes de impostos                   | (118.237)        | 2.347.050          |
| Impacto em resultados da aplicação dos IFRS            | (473.654)        | (1.478.564)        |
| Resultado base para cálculo de imposto                 | (591.891)        | 868.486            |
| Deduções:  |                  |                    |
| Ganhos em imobilizado corpóreo                         | (189.955)        | (27.276)           |
| Benefícios fiscais                                     | (13.910)         | (7.172)            |
| Reversão de provisões                                  | -                | (37.792)           |
| Dividendos recebidos                                   | (267.626)        | (1.539.274)        |
| IRC e outros impostos                                  | -                | (118.453)          |
|  | <u>(471.491)</u> | <u>(1.729.967)</u> |
| Acréscimos:  |                  |                    |
| Reintegrações e amortizações não aceites como custos   | 461.604          | 490.349            |
| 40% do aumento reint. resultantes reav. imob. corpóreo | 5.789            | 6.402              |
| Perdas em imobilizado corpóreo                         | 58.323           | 17.400             |
| Multas   | 420              | -                  |
| Provisões não aceites fiscalmente                      | 53.440           | -                  |
| IRC e outros impostos                                  | 5.477            | -                  |
| Correcções relativas a exercícios anteriores           | 332              | -                  |
| Despesas com combustíveis                              | 4.740            | 20.431             |
| Outros   | 161              | 5.885              |
|  | <u>590.286</u>   | <u>540.467</u>     |
| Resultado tributável                                   | (473.096)        | (321.014)          |
| Taxa de imposto sobre o rendimento em Portugal         | 26,50%           | 26,5%              |
| Imposto calculado                                      | (125.370)        | (85.069)           |
| Tributação autónoma                                    | 20.204           | 17.788             |
| Impostos diferidos (Nota 9)                            | 287.381          | 305.991            |
| Crédito de imposto                                     | -                | (283.269)          |
| Diferença de estimativa de imposto                     | 5.477            | 164.816            |
| Imposto sobre o rendimento                             | <u>187.692</u>   | <u>120.257</u>     |

#### Liquidações adicionais em sede de IRC impugnadas

Conforme mencionado em exercícios anteriores, até 31 de Dezembro de 2005 a RAR Açúcar manteve em contas a receber o montante global de aproximadamente 3.195.000 Euros associado a pagamentos de impostos efectuados nos exercícios de 1997 e 2002 ao abrigo do Decreto-Lei n.º 124/96 e do Decreto-Lei n.º 248-A/2002, relativos a liquidações adicionais de IRC dos exercícios de 1990 a 1997, impugnadas judicialmente por ser entendimento do Conselho de Administração da Empresa que a fundamentação apresentada pela administração tributária relativamente àquele assunto não está de acordo com a legislação portuguesa, tendo estas

impugnações sido julgadas procedentes em primeira instância. No entanto, a Fazenda Pública apresentou recursos e em consequência do desfecho desfavorável para a RAR Açúcar dos processos de impugnação judicial já concluídos, foram anulados os respectivos montantes registados em contas a receber (397.194 Euros até 31 de Dezembro de 2007 e 462.880 Euros no exercício de 2008) e, numa óptica de prudência, foram registadas perdas de imparidade para os montantes a receber associados a processos de impugnação judicial ainda em curso de natureza similar (1.203.257 Euros em 31 de Dezembro de 2007 e 740.378 Euros em 31 de Dezembro de 2008) (Notas 14 e 25).

#### Crédito de imposto

O saldo desta rubrica em 2007 respeita à atribuição de créditos fiscais ao investimento decorrente de actividades de investigação e desenvolvimento realizadas durante o exercício de 2006, no âmbito do Sistema de Incentivos Fiscais à Investigação e Desenvolvimento Empresarial ("SIFIDE").

#### RETGS

Pelo facto da Empresa estar integrada no grupo de sociedades dominado pela SIEL, SGPS, S.A. (accionista da RAR – Sociedade de Controle (Holding), S.A.) tributado de acordo com o Regime Especial de Tributação de Grupo de Sociedades (RETGS), registou-se em proveitos no exercício de 2008, o montante de 105.307 Euros, por contrapartida de conta a receber da SIEL, SGPS, S.A., relativamente ao seu contributo para o apuramento do lucro do grupo fiscal.

### 39. RESULTADOS POR ACÇÃO

Os resultados por acção do exercício foram calculados tendo em consideração os seguintes montantes:

|   | <u>31.12.08</u>   | <u>31.12.07</u>   |
|---|-------------------|-------------------|
| <b>Resultado:</b>   |                   |                   |
| Resultado para efeito de cálculo do resultado líquido por acção básico (resultado líquido do exercício) | <u>(305.929)</u>  | <u>2.226.793</u>  |
| Resultado para efeito do cálculo do resultado líquido por acção diluído                                 | <u>(305.929)</u>  | <u>2.226.793</u>  |
| <b>Número de acções:</b>  |                   |                   |
| Número médio ponderado de acções para efeito de cálculo do resultado líquido por acção básico           | <u>21.000.000</u> | <u>21.000.000</u> |
| Número médio ponderado de acções para efeito de cálculo do resultado líquido por acção diluído          | <u>21.000.000</u> | <u>21.000.000</u> |

### 40. EVENTOS SUBSEQUENTES

Após 31 de Dezembro de 2008 não ocorreram factos relevantes para apresentação.

#### 41. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração e autorizadas para emissão em 31 de Janeiro de 2009, contudo as mesmas estão ainda sujeitas a aprovação pela Assembleia Geral de Accionistas nos termos da legislação comercial em vigor em Portugal.

Porto, 31 de Janeiro de 2009

O Conselho de Administração

João Nuno da Costa Oliveira Macedo Silva  
João Alberto de Lima Martins Pereira  
João Miguel Geraldês da Silva Carvalho

## **CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS**

## CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

### Introdução

1 Examinámos as demonstrações financeiras da **RAR – Refinarias de Açúcar Reunidas, S.A.**, as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2008, (que evidencia um total de 81.406.847 euros e um total de capital próprio de 30.890.581 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 305.929 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a Demonstração de alterações no capital próprio, a Demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data e o correspondente Anexo. Estas demonstrações financeiras foram preparadas em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), tal como adoptadas na União Europeia.

### Responsabilidades

2 É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.

3 A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

### Âmbito

4 O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras não contêm distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu: (i) a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração), utilizadas na sua preparação; (ii) a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias; (iii) a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e (iv) a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.

5 O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

6 Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

### Opinião

7 Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da **RAR – Refinarias de Açúcar Reunidas, S.A.** em 31 de Dezembro de 2008, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), tal como adoptadas na União Europeia.

## **Ênfase**

8 Sem afectar a opinião expressa no parágrafo anterior, chamamos a atenção para o facto de, no seguimento do desfecho do contencioso com o INGA (Conselho de Administração do Instituto Nacional de Garantia Agrícola) relativo à liquidação recebida pela Empresa em 1989 (Nota 14), em que aquela instituição reclamou aproximadamente 7.722.000 Euros e a Empresa pagou aproximadamente 2.858.000 Euros e manteve como proveitos diferidos 1.313.017 Euros, a Empresa apresentou recurso hierárquico ao Ministro das Finanças e impugnação judicial no Tribunal Administrativo Fiscal do Porto, invocando a prescrição daquela dívida ao INGA e, em consequência, a sua não exigibilidade à data actual, em conformidade com pareceres dos seus consultores legais. Por ser convicção do Conselho de Administração que, fruto do recurso e impugnação apresentados, o desfecho deste novo processo lhe será favorável, não foi constituída provisão para fazer face a um eventual desfecho desfavorável relativo a este assunto que, nesta data, é incerto.

Porto, 31 de Março de 2009

PricewaterhouseCoopers & Associados, S.R.O.C.  
representada por:

José Pereira Alves, R.O.C.

## **RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO**

## RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Senhores Accionistas,

1 Nos termos da lei e do mandato que nos conferiram, apresentamos o relatório sobre a actividade fiscalizadora desenvolvida e damos parecer sobre o Relatório de Gestão e as Demonstrações Financeiras apresentados pelo Conselho de Administração de **RAR – Refinarias de Açúcar Reunidas, S.A.**, relativamente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2008.

2 No decurso do exercício acompanhámos, com a periodicidade e a extensão que considerámos adequada, a actividade da empresa. Verificámos a regularidade da escrituração contabilística e da respectiva documentação bem como a eficácia do sistema de controlo interno, apenas na medida em que os controlos sejam relevantes para o controlo da actividade da empresa e apresentação das demonstrações financeiras, do sistema de gestão de risco e da auditoria interna e vigiámos também pela observância da lei e dos estatutos.

3 Como consequência do trabalho de revisão legal efectuado, emitimos a respectiva Certificação Legal das Contas, em anexo.

4 No âmbito das nossas funções verificámos que:

i) o Balanço, a Demonstração dos Resultados por naturezas, a Demonstração das variações no Capital Próprio, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e o correspondente Anexo permitem uma adequada compreensão da situação financeira da empresa, dos seus resultados, das alterações do capital próprio e dos fluxos de caixa;

ii) as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adoptados são adequados;

iii) o Relatório de Gestão é suficientemente esclarecedor da evolução dos negócios e da situação da sociedade evidenciando os aspectos mais significativos;

iv) a proposta de aplicação de resultados está conforme as disposições legais e estatutárias.

5 Nestes termos, tendo em consideração as informações recebidas do Conselho de Administração e Serviços e as conclusões constantes da Certificação Legal das Contas, somos do parecer que:

i) seja aprovado o Relatório de Gestão;

ii) sejam aprovadas as Demonstrações Financeiras;

iii) seja aprovada a proposta de aplicação de resultados.

Porto, 31 de Março de 2009

O Fiscal Único

PricewaterhouseCoopers & Associados, S.R.O.C., Lda.  
representada por:

José Pereira Alves, R.O.C.